

# Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

**Demonstrações financeiras  
consolidadas preparadas de acordo  
com as Normas Contábeis  
Internacionais - IFRS em  
31 de dezembro de 2025**

# Conteúdo

<b>Relatório da Administração</b>	<b>3</b>
<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>4</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>10</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>11</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>12</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas</b>	<b>13</b>

## Relatório da Administração

Senhores acionistas:

Em cumprimento às disposições legais, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras consolidadas em IFRS relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, cujo prejuízo no exercício foi de R\$ 275.288 (prejuízo de R\$ 59.195 em 31 de dezembro de 2024), os ativos totais, R\$ 8.415.535 (R\$ 11.345.718 em 31 de dezembro de 2024) e a carteira de empréstimos e recebíveis de clientes R\$ 2.522.892 (R\$ 3.105.887 em 31 de dezembro de 2024)

### **Dividendos:**

De acordo com a legislação societária e o estatuto social, é assegurado um mínimo de 25% do lucro líquido do exercício a ser distribuído aos acionistas a título de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio. Em 31 de dezembro de 2025 não houve provisionamento dos dividendos uma vez que foi apurado prejuízo no exercício.

Os honorários pagos à auditoria externa, referentes aos serviços de auditoria e de não auditoria serão divulgados no Annual Report do Sumitomo Mitsui Financial Group, Inc. referente a data base 31 de março de 2026.

Permanecemos à disposição de V.Sas., para quaisquer esclarecimentos que se acharem necessários, informando ainda que, todos os documentos contábeis suporte dessas demonstrações financeiras consolidadas se encontram na sede deste estabelecimento.

São Paulo, 31 de março de 2026



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Verbo Divino, 1400, 1º andar  
Chácara Santo Antônio, CEP 04719-911, São Paulo – SP  
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo - SP - Brasil  
Telefone 55 (11) 3940-1500  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras consolidadas

**Aos acionistas e administradores do  
Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**  
São Paulo - SP

## Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

## Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

## Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

## Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros ao custo amortizado

Ver notas explicativas 3.c. e 8.f das demonstrações financeiras.

Principal assunto de auditoria	Como nossa auditoria endereçou esse assunto
<p>A mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito de ativos financeiros ao custo amortizado envolve premissas e julgamentos do Banco, baseadas em seus modelos internos de classificação de risco.</p> <p>Para fins de mensuração da provisão para perdas no valor recuperável, essas operações são classificadas de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de risco, conforme política do Banco que leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à cada operação, seus devedores e garantidores. A determinação do risco de crédito de uma operação é utilizada para a sua classificação em um dos estágios de deterioração de crédito. A partir dessa classificação, a perda esperada é determinada para cada estágio (perdas esperadas para doze meses ou para a vida da operação).</p> <p>A provisão para perdas no valor recuperável é determinada com base em uma variedade de fatores: os valores em exposição, a qualidade do crédito do devedor, o nível de subordinação de suas obrigações e garantias, o ambiente econômico e a correlação entre devedores, sendo definida em termos dos conceitos de probabilidade de inadimplência (PD), perda dada a inadimplência (LGD) e exposição na data da inadimplência (EAD).</p> <p>Consideramos a mensuração da provisão para perdas esperadas de crédito relacionadas a ativos financeiros como um principal assunto de auditoria, uma vez que envolve incertezas significativas de mensuração, em decorrência da complexidade dos modelos e da subjetividade das premissas, especificamente: (i) a metodologia geral de perdas esperadas de crédito, incluindo os métodos e modelos utilizados para estimar a PD e a LGD, bem como a seleção das variáveis macroeconômicas incorporadas ao cálculo; e (ii) identificação de um aumento significativo de risco "SICR" (estágio 2) e exposição com ativos na situação de deterioração ou inadimplência (estágio 3).</p>	<p>Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não estão limitados a:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>● Avaliamos o desenho e a efetividade operacional dos controles internos chave relacionados aos processos de aprovação, registro e atualização das operações de crédito, bem como, às metodologias internas de avaliação dos níveis de risco ("ratings") dos clientes que suportam a classificação das operações e as principais premissas utilizadas na determinação da provisão para perdas no valor recuperável.</li><li>● Envolvemos nossos profissionais com experiência e conhecimento especializado em risco de crédito, que realizaram a análise metodológica e recálculo relacionados à apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, conforme requerido pela IFRS 9.</li><li>● Avaliamos com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes, tais como a proposta de crédito, informações financeiras e cadastrais e os valores dados em garantias formais.</li><li>● Com o auxílio de nossos profissionais com experiência e conhecimento especializado em risco de crédito, analisamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo a avaliação do atendimento aos requisitos estabelecidos pela IFRS 9, relacionados a apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.</li><li>● Avaliamos, ainda, se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras são apropriadas em relação às normas vigentes e se consideram as informações relevantes.</li></ul>

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis as premissas utilizadas na mensuração das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, bem como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras consolidadas tomadas em conjunto referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2025.

## Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas e o relatório dos auditores

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas

divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com os requisitos éticos pertinentes, de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar as ameaças ou as salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as conseqüências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2026.

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-014428/O-6



Rodrigo de Mattos Lia

Contador CRC SP – 1SP252418/O-3

# Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

## Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024		Notas	2025	2024
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Caixa e equivalentes de caixa</b>	4	826.485	3.178.098	<b>Ao valor justo no resultado</b>		657.782	-
<b>Depósitos vinculados ao Banco Central</b>	5	1.668	1.853	Instrumentos financeiros derivativos	6a	657.782	-
<b>Ativos financeiros</b>				<b>Ao custo amortizado</b>		5.794.534	8.346.523
<b>Ao valor justo no resultado (VJR)</b>		1.052.842	427.652	Depósitos de clientes	12	1.344.227	1.721.736
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8a	675.513	371.009	Captação no mercado aberto	12	181.352	-
Instrumentos financeiros derivativos	6a	377.329	56.643	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	587.866	180.392
<b>Ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes</b>		3.651.817	2.824.558	Obrigações por empréstimos e repasses	12b	3.681.089	6.444.395
Títulos e valores mobiliários	7	3.651.817	2.824.558	<b>Outros Passivos</b>		308.534	784.810
<b>Ao custo amortizado</b>		2.617.916	4.316.101	Relações interdependências	15a	-	36.556
Aplicações em operações compromissadas		300.655	-	Tributos a recolher	15e	3.567	109.346
Aplicações em depósitos interfinanceiros	8a	23.407	550.538	Outras obrigações	15b	282.760	619.276
Títulos e valores mobiliários	8b	1.065.734	918.891	Passivos contingentes	13	22.207	19.632
Empréstimos e recebíveis de clientes	8c	2.522.892	3.105.887	<b>Patrimônio líquido</b>	16	1.962.625	2.145.241
Provisão para perdas de crédito esperadas	8f	(1.294.772)	(259.215)	Capital social - País		2	2
<b>Outros ativos</b>		93.729	278.597	Capital social - Exterior		1.785.997	1.675.697
Devedores por depósitos em garantia	13	657	631	Reservas de lucros		165.764	444.360
Tributos a compensar	15f	22.101	33.051	Ajustes de avaliação patrimonial		24.930	30.242
Outros ativos	9	70.971	244.915	Ajustes passivos atuariais		(23.297)	(19.077)
<b>Ativos fiscais</b>		440.898	234.826	Ganhos e Perdas - Hedge		9.229	14.017
Ativo fiscal diferido	15c	-	-				
Créditos tributários diferidos	15d	440.898	234.826				
<b>Ativos tangíveis</b>	10	30.031	7.269				
<b>Ativos intangíveis</b>	11	8.089	7.620				
<b>Total do ativo</b>		<u>8.723.475</u>	<u>11.276.574</u>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<u>8.723.475</u>	<u>11.276.574</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

## Demonstrações de resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	Notas	2025	2024
Receitas de juros calculada pelo método de juros efetivos	17	801.265	552.461
Outras receitas de juros	18	288.774	370.459
Despesas com juros e similares	19	<u>(282.196)</u>	<u>(306.183)</u>
<b>Resultado líquido de juros e similares</b>		807.843	616.737
<b>Resultado líquido de comissões</b>		<u>86.721</u>	<u>116.003</u>
Receita líquida de comissões e prestação de serviços	20	86.721	116.003
<b>Outras receitas (despesas) operacionais</b>		<u>(1.362.223)</u>	<u>(958.471)</u>
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros	21	(765.891)	423.128
Variações cambiais (líquidas)	22	58.429	311.662
Provisão por redução ao valor recuperável	8f	(785.997)	(400.735)
Despesas com pessoal	23	(151.843)	(137.194)
Despesas administrativas	24	(69.932)	(68.525)
Despesas tributárias	25	(26.320)	(35.168)
Depreciações e amortizações		(3.935)	(4.637)
Outras receitas operacionais	26	391.252	15.078
Outras despesas operacionais	27	(7.986)	(1.062.080)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>		<u>(467.659)</u>	<u>(225.731)</u>
Imposto de renda e contribuição social - correntes	15e	(3.567)	(109.406)
Imposto de renda e contribuição social - diferido	15d	203.401	275.942
Participações estatutárias		(7.463)	-
<b>Prejuízo líquido do exercício</b>		<u>(275.288)</u>	<u>(59.195)</u>
<b>Prejuízo líquido por ação - Básico e diluído</b>		(154)	(35)
<b>Quantidade de ações em circulação - básica</b>		1.785.999	1.675.699

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# **Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.**

## **Demonstrações dos resultados abrangentes**

**Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024**

*(Em milhares de Reais)*

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Prejuízo dos exercícios</b>	(275.288)	(59.195)
<b>Resultado abrangente que será reclassificado para prejuízo:</b>	<u>(9.008)</u>	<u>27.581</u>
<b>Ajustes passivos atuariais</b>		
Variação de valor justo	(7.673)	(10.036)
Impostos diferidos	3.453	4.516
<b>Ganhos e Perdas - Hedge</b>		
Variação de valor justo - Ganhos e Perdas - Hedge	(8.705)	60.184
Impostos diferidos	3.917	(27.083)
<b>Resultado abrangente que não será reclassificado para prejuízo/lucro:</b>	<u>(5.312)</u>	<u>12.950</u>
<b>Ajustes de avaliação patrimonial</b>		
Variação de valor justo	(9.658)	23.545
Efeito Fiscal	4.346	(10.595)
<b>Resultado abrangente dos exercícios</b>	<u>(289.608)</u>	<u>(18.664)</u>

---

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

# Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

Notas	Capital realizado	Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes				Prejuízos Acumulados	Total
		Legal	Estatutária	Próprios	Ganhos e perdas - Hedge	Ajustes passivos atuariais	Ajuste variação cambial Investimentos no Exterior		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2023</b>	1.559.699	42.390	610.057	17	19.039	(21.636)	17.275	-	2.226.841
Aumento de capital	116.000	-	-	-	-	-	-	-	116.000
Dividendos não distribuídos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste ao valor justo - TVM e derivativos	-	-	-	75	(5.022)	-	-	-	(4.947)
Ajuste - passivos atuariais	-	-	-	-	-	2.559	-	-	2.559
Ajuste variação cambial Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	12.875	-	12.875
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(59.195)	(59.195)
Destinações:	-	5.761	(217.156)	-	-	-	-	59.195	(152.200)
Reserva legal	-	5.761	-	-	-	-	-	(5.761)	-
Reserva estatutária	-	-	(64.956)	-	-	-	-	64.956	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(152.200)	-	-	-	-	-	(152.200)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.675.699</b>	<b>48.151</b>	<b>392.901</b>	<b>92</b>	<b>14.017</b>	<b>(19.077)</b>	<b>30.150</b>	<b>-</b>	<b>2.141.933</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>116.000</b>	<b>5.761</b>	<b>(217.156)</b>	<b>75</b>	<b>(5.022)</b>	<b>2.559</b>	<b>12.875</b>	<b>-</b>	<b>(84.908)</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.675.699</b>	<b>48.151</b>	<b>392.901</b>	<b>92</b>	<b>14.017</b>	<b>(19.077)</b>	<b>30.150</b>	<b>-</b>	<b>2.141.933</b>
Aumento de capital	110.300	-	-	-	-	-	-	-	110.300
Ajuste ao valor justo - TVM e derivativos	-	-	-	-	(4.788)	-	-	-	(4.788)
Ajuste - passivos atuariais	-	-	-	-	-	(4.220)	-	-	(4.220)
Ajuste variação cambial Investimentos no exterior	-	-	-	-	-	-	(5.312)	-	(5.312)
Prejuízos Acumulados	-	-	-	-	-	-	-	(275.288)	(275.288)
Absorção:	-	-	(275.288)	-	-	-	-	275.288	-
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	(275.288)	-	-	-	-	275.288	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>1.785.999</b>	<b>48.151</b>	<b>117.613</b>	<b>92</b>	<b>9.229</b>	<b>(23.297)</b>	<b>24.838</b>	<b>-</b>	<b>1.962.625</b>
<b>Mutações do exercício</b>	<b>110.300</b>	<b>-</b>	<b>(275.288)</b>	<b>-</b>	<b>(4.788)</b>	<b>(4.220)</b>	<b>(5.312)</b>	<b>-</b>	<b>(179.308)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de Reais)

	2025	2024
<b>Fluxo de caixa de atividades operacionais</b>		
<b>Prejuízo dos exercícios</b>	(275.288)	(59.195)
<b>Ajustes inclusos que não afetam o fluxo de caixa:</b>		
Depreciações e Amortizações	4.883	4.637
Provisão (reversão) para contingências	2.541	-
Provisão para redução ao valor recuperável	785.997	400.735
Tributos Diferidos	(203.401)	(275.942)
Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	3.567	109.676
Ajuste ao valor justo - TVM e derivativos	323.211	-
Demais Provisão / (Reversão)	93	-
	<hr/>	<hr/>
<b>Lucro líquido antes das mudanças no capital de giro</b>	641.603	179.911
<b>Variações em:</b>		
Depósitos vinculados ao Banco Central	-	660
Títulos e valores mobiliários e Instrumentos financeiros derivativos	(637.440)	(952.181)
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.614.883	125.468
Empréstimos e recebíveis de clientes	260.233	(974.732)
Outros ativos	(88.764)	(142.630)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(205.591)	12.099
Depósitos de clientes	(377.509)	(359.154)
Captações no mercado aberto	181.352	(15.009)
Recursos de aceites e emissão de títulos	407.474	65.897
Relações interdependências	236.285	4.704
Operações da carteira de câmbio	623.766	-
Negociação e intermediação de valores	51.702	-
Provisões	-	315
Devedores por depósitos em garantia	-	(51)
Tributos a compensar	-	(974)
Imposto de Renda e Contribuição Social pagos	(98.937)	(90.810)
Outras obrigações	(174.219)	282.647
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais</b>	2.434.838	(1.863.840)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento:</b>		
Alienação/aquisição de ativos tangíveis	(12.931)	(946)
Aplicações em ativos intangíveis	(2.335)	(4.416)
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento</b>	(15.266)	(5.362)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento:</b>		
Aumento de capital	110.300	116.000
Pagamentos juros sobre capital próprio	(133.175)	(149.700)
Recursos provenientes / (Pagamentos) de obrigações por empréstimos e repasses	(2.751.300)	3.017.959
Pagamento de passivos de arrendamento	(1.039)	(2.612)
	<hr/>	<hr/>
<b>Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financiamento</b>	(2.775.214)	2.981.647
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(355.642)</u>	<u>1.112.445</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	1.182.127	2.065.653
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<hr/> 826.485	<hr/> 3.178.098
<b>Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	(355.642)	1.112.445

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

*(Valores expressos em milhares de Reais)*

### 1 Contexto operacional

O Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A. (“Banco”) está constituído como banco múltiplo, operando as carteiras comercial, inclusive operações de câmbio e de investimento. O Banco é subsidiária integral de nossa casa matriz, SMBC Tóquio - Japão.

O consolidado IFRS Banco Sumitomo (“SMBCB” ou “Consolidado”) é composto pelo Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A e pelo SMBCB Onshore Fundo de Investimento Multimercado Investimento no Exterior (“SMBCB Onshore”), no qual o Banco é cotista exclusivo.

### 2 Bases de preparação

#### a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Contábeis Internacionais (“IFRS”), emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“IFRIC”).

A Diretoria autorizou a emissão das demonstrações financeiras consolidadas em 31 de março de 2026.

#### b. Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a Administração exerceu o melhor de seu julgamento e utilizou estimativas para calcular certos valores reconhecidos nestas demonstrações:

##### *Continuidade*

A Administração avaliou a capacidade do SMBCB em continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significantes sobre a sua capacidade de continuar operando e, desta forma, as demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas considerando este princípio.

##### *Valor justo de instrumentos financeiros*

O valor justo de ativos e passivos financeiros contabilizados no balanço patrimonial ou foi derivado de preços cotados em mercado ativo ou determinados utilizando-se modelos matemáticos para precificação.

##### *Mensuração das provisões para perdas esperadas*

A mensuração da provisão para perda de crédito esperada requer o uso de modelos complexos e pressupostos significantes sobre condições econômicas futuras e comportamento do crédito. São necessários vários julgamentos significantes na aplicação dos requisitos contábeis para a mensuração das perdas esperadas, tais como:

- Determinação de critérios para aumento significativo do risco de crédito;
- Escolha apropriada de modelos e pressupostos adequados para a mensuração das perdas esperadas;
- Estabelecimento de grupos de ativos financeiros similares para efeitos de mensuração das perdas esperadas.

### ***Impostos diferidos***

Impostos diferidos são reconhecidos sobre perdas tributárias e diferenças temporárias na medida em que é provável que o lucro tributável esteja disponível no período em que as perdas poderão ser utilizadas. Um julgamento é requerido para determinar o montante de ativo futuro tributário diferido que deve ser reconhecido, com base no fluxo provável de lucro tributável futuro, e em conjunto com estratégias de planejamento tributário, se houver.

### ***Ativos e passivos contingentes***

Representados por direitos e obrigações potenciais decorrentes de eventos passados e cuja ocorrência dependa de eventos futuros.

Ativos contingentes - Não são reconhecidos, exceto quando da existência de evidências que assegurem sua realização.

Passivos contingentes - Decorrem, basicamente, de processos judiciais e administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas, de natureza fiscal e previdenciária e outros riscos.

### ***Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas***

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. O Banco não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

#### **a. IFRS 18 Apresentação e Divulgação das Demonstrações Financeiras**

O IFRS 18 substituirá o IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

O Banco ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Banco, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. O Banco também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como ‘outros’.

**b. Outras Normas Contábeis**

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Banco:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao IAS 21);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros (alterações IFRS 9 e IFRS 7)

### **3 Principais políticas contábeis materiais**

**a. Moeda funcional e transações em moeda estrangeira**

O resultado e a posição financeira do SMBCB estão expressos em Reais, sendo a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.

As variações cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como “Diferenças Cambiais (Líquidas)” nas demonstrações de resultado, com exceção das variações cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas nas demonstrações de resultado como “Ganhos (perdas) com ativos financeiros (líquidos)” sem distingui-las de outras variações no valor justo.

O efeito da variação cambial resultante da conversão de transações em moeda estrangeira e de demonstrações financeiras investidas no exterior são registradas em contas destacadas do patrimônio líquido de acordo com o IAS 21.

**b. Instrumentos financeiros**

A classificação e mensuração dos instrumentos financeiros do SMBCB são efetuadas de acordo com a IFRS 9 e estão descritas a seguir:

**(i) Reconhecimento inicial**

***Data de reconhecimento***

Um ativo ou passivo financeiro, com exceção de operação de crédito e de depósitos de clientes, é reconhecido no balanço patrimonial quando o SMBCB se torna parte das disposições contratuais do instrumento, que ocorre, geralmente, na data de negociação.

Os empréstimos e adiantamentos a clientes são reconhecidas quando o caixa é transferido aos tomadores de crédito.

Os depósitos de clientes são reconhecidos quando os clientes transferem recursos ao SMBCB.

### ***Mensuração inicial dos instrumentos financeiros***

A classificação de instrumentos financeiros no reconhecimento inicial depende de seus termos contratuais e do modelo de negócios utilizado pelo SMBCB no gerenciamento de seus instrumentos.

Instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao seu valor justo e, exceto nos casos de ativos ou passivos financeiros registrados ao valor justo através do resultado, os custos atribuíveis à transação são adicionados a, ou subtraídos, desse valor.

#### ***(ii) Classificação e mensuração de instrumentos financeiros***

##### ***a. Avaliação do modelo de negócio***

O SMBCB classifica seus ativos financeiros com base no modelo de negócios utilizado no gerenciamento desses ativos e nos seus termos contratuais, fazendo com que eles sejam mensurados (i) ao custo amortizado, (ii) ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) e (iii) ao valor justo através do resultado (VJR).

O SMBCB classifica e mensura sua carteira de negociação e seus instrumentos derivativos em VJR.

Passivos financeiros, outros além dos relacionados a compromissos de empréstimos, são mensurados ao custo amortizado ou VJR quando são mantidos para negociação e instrumentos derivativos ou a designação ao valor justo é aplicada.

##### ***b. Teste de SPPJ (“Somente Pagamento de Principal e Juros”)***

Como um segundo passo do processo de classificação, o SMBCB avalia os termos contratuais dos ativos financeiros para verificar se os mesmos possuem fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros, atendendo ao teste de SPPJ (somente pagamento de principal e juros).

“Principal”, para referido teste, é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial e que pode mudar ao longo da sua vida (por exemplo, se houver pagamentos de principal).

Os elementos mais significativos dos juros num acordo de empréstimo básico são a contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e o risco de crédito. Para aplicar o teste de SPPJ, o SMBCB realiza julgamento e considera fatores relevante, como, por exemplo, a moeda em que o ativo financeiro é denominado e o período pela qual a taxa de juros é definida.

Em contraste, termos contratuais que introduzem uma exposição relevante a riscos de volatilidade nos fluxos de caixa contratuais que não são relacionados a um acordo de empréstimo básico não originam fluxos de caixa que representam apenas pagamentos de principal e juros. Nesses casos, o ativo financeiro deve ser mensurado ao valor justo por meio de resultados.

##### ***Instrumentos financeiros ao custo amortizado***

Um ativo financeiro, desde que não designado ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial, é mensurado ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem encontradas:

É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; e

Os termos contratuais do ativo financeiro representam fluxos de caixa contratuais que representam apenas pagamentos de principal e juros.

O custo amortizado é o valor pelo qual um ativo financeiro ou um passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos do principal, mais ou menos a amortização acumulada usando o método da taxa efetiva de juros de qualquer diferença entre esse valor inicial e o valor de vencimento e, para os ativos financeiros, ajustados para qualquer provisão para perda.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do ativo financeiro ou passivo financeiro ao valor contábil bruto de um ativo financeiro (ou seja, seu custo amortizado antes de qualquer provisão para redução ao valor recuperável) ou ao custo amortizado de um passivo financeiro. O cálculo não considera as perdas de crédito esperadas e inclui os custos de transação, prêmios ou descontos e taxas ou recebidos que são parte integrante da taxa de juros efetiva, como taxas de originação.

A receita de juros dos ativos financeiros mensurados a custo amortizado está incluída em “Receitas com juros”, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os passivos financeiros são classificados como mensurados posteriormente ao custo amortizado, exceto para passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Esta classificação é aplicada aos derivativos e, quando aplicável, aos passivos designados no reconhecimento inicial.

### ***Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado***

Itens ao valor justo através do resultado compreende itens mantidos para negociação e itens designados ao valor justo através do resultado no reconhecimento inicial. Além disso, de acordo com a IFRS 9, instrumentos de dívida com termos contratuais que não representam apenas pagamentos de principal e juros também são mensurados ao valor justo através do resultado.

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, sendo os custos relacionados à transação reconhecidos no resultado quando incorridos. Subsequentemente, esses instrumentos são mensurados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado na medida em que são apurados.

Quando um ativo financeiro é mensurado ao valor justo, um ajuste de avaliação de crédito é incluído para refletir a qualidade de crédito da contraparte, representando as alterações no valor justo atribuível ao risco de crédito.

Quando um passivo financeiro é designado ao valor justo através do resultado, a variação no valor justo atribuível às mudanças na qualidade de crédito do SMBCB é apresentada em outros resultados abrangentes.

Instrumentos derivativos são mensurados ao VJR e registrados como ativos financeiros quando seu valor justo é positivo e como passivos financeiros quando seu valor justo é negativo. Derivativos que possuem garantias e que são liquidados diariamente pelo valor líquido através de uma câmara de liquidação (por exemplo, operações de futuro) são registrados pelo valor pendente de liquidação de um dia para o outro.

***Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumentos de patrimônio***

Os instrumentos de patrimônio são instrumentos que atendem à definição de patrimônio sob a perspectiva do emissor; ou seja, instrumentos que não contêm uma obrigação contratual de pagar (caixa ou qualquer outro ativo financeiro à outra entidade) e que evidenciam uma participação residual no patrimônio líquido do emissor.

O SMBCB pode fazer uma escolha irrevogável de apresentar em outros resultados abrangentes as alterações no valor justo de investimentos em instrumentos de patrimônio que não sejam mantidos para negociação e não sejam uma contraprestação contingente reconhecida pelo SMBCB em uma combinação de negócios.

Nesse caso, os saldos reconhecidos em outros resultados abrangentes não são transferidos subsequentemente para o resultado. Apenas os dividendos recebidos desses investimentos são reconhecidos no resultado.

***Instrumentos financeiros ao valor justo através de outros resultados abrangentes - instrumentos de dívida***

Os instrumentos de dívida são instrumentos que atendem à definição de um passivo financeiro sob a perspectiva do emissor, tais como empréstimos, títulos públicos e privados. A classificação e mensuração subsequente dos instrumentos de dívida dependem do modelo de negócios para gerenciar o ativo das características de fluxo de caixa do ativo.

Investimentos em instrumentos de dívida são mensurados ao valor justo através de outros resultados abrangentes (VJORA) quando eles:

Possuem termos contratuais que originam fluxos de caixa em datas específicas, que representam apenas pagamentos de principal e juros sobre o saldo principal em aberto; e

São mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda.

Esses instrumentos de dívida são reconhecidos inicialmente ao valor justo acrescidos dos custos de transação diretamente atribuídos e subsequentemente mensurados ao valor justo. Os ganhos e perdas decorrentes das alterações no valor justo são registrados em outros resultados abrangentes. O resultado das perdas de redução ao valor recuperável, receitas de juros e ganhos e perdas de variação cambial são registrados no resultado. Na liquidação do instrumento de dívida, os ganhos ou perdas, acumulados em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

A mensuração da redução ao valor recuperável é realizada com base no modelo de três estágios de perdas esperadas, conforme descrito na nota 3(c).

***(iii) Hierarquia do valor justo***

Valor justo é o valor pelo qual um ativo pode ser vendido, ou um passivo liquidado, entre partes independentes com conhecimento do negócio e interessadas, em condições competitivas e normais de mercado, na data da avaliação.

Os instrumentos financeiros são mensurados segundo a hierarquia de valor justo descrita a seguir:

**Nível 1:** Preços de mercado cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Incluem títulos públicos, ações de empresas listadas, posições compradas/vendidas, futuros e cotas de fundos de investimentos com liquidez imediata.

**Nível 2:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável. Incluem derivativos de balcão e cotas de fundos de investimentos sem liquidez imediata.

**Nível 3:** Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

**(iv) *Reclassificação de instrumentos financeiros***

O SMBCB não reclassifica seus ativos financeiros após o seu reconhecimento inicial, além das circunstâncias excepcionais em que inicie, venda ou encerre uma linha de negócio. Nesses casos a reclassificação ocorre desde o início do primeiro período de apresentação posterior à mudança. Espera-se que essas mudanças sejam muito pouco frequentes. Passivos financeiros nunca são reclassificados.

**(v) *Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros***

**Desreconhecimento devido às modificações substanciais em termos e condições contratuais**

O SMBCB desreconhece um ativo financeiro, como, por exemplo, uma operação de crédito concedido a cliente, quando os termos e condições da operação forem renegociados em uma extensão que, substancialmente, torne uma nova operação, sendo a diferença reconhecida como no resultado do exercício como ganhos ou perdas de desreconhecimento.

A nova operação reconhecida é classificada no Estágio 1 para fins de mensuração de suas perdas esperadas, a não ser que seja determinada como uma operação originada com problemas de recuperação de crédito.

Se a renegociação não resulta em fluxos de caixa substancialmente diferentes, a modificação não ocasiona em um desreconhecimento da operação. Considerando a alteração nos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva original da operação, o SMBCB reconhece um ganho ou perda de modificação.

**Desreconhecimento de ativos financeiros**

Os ativos financeiros, ou uma parcela dos mesmos, são desreconhecidos quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa dos ativos expiraram ou se tornaram incobráveis, ou se foram transferidos para terceiros e (i) o SMBCB transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade, ou (ii) o SMBCB não transfere, não retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não possui mais o controle do ativo transferido. O desreconhecimento é feito pelo SMBCB quando o ativo financeiro passar a ter atraso superior a 360 dias.

**Desreconhecimento de passivos financeiros**

Um passivo financeiro é desreconhecido quando a obrigação relacionada a esse passivo é perdoada, cancelada ou expirada.

Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro de uma mesma contraparte com termos diferentes ou os termos do passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como desreconhecimento do passivo original e reconhecimento de um novo passivo. A diferença entre o valor contábil do passivo original e o montante pago é reconhecida no resultado.

### **c. Provisão para perdas de crédito esperadas**

#### *Visão geral dos princípios utilizados na determinação nas perdas esperadas*

O SMBCB registra provisão de perdas esperadas (PE) para seus empréstimos, adiantamentos a clientes e garantias honradas, demais instrumentos de dívida não mensurados ao VJR e para os limites de créditos concedidos e não utilizados, que nesta seção serão todos considerados como “instrumentos financeiros”.

A provisão de PE é baseada na expectativa de perdas de crédito originadas ao longo da vida útil do ativo (perda esperada ao longo da vida ou PE Vida), a não ser que não tenha ocorrido um aumento significativo no risco de crédito desde sua originação, caso em que a provisão é baseada na expectativa de perdas para 12 meses (PE de 12 meses).

A PE de 12 meses é a parte da PE Vida que representa as perdas esperadas provenientes de eventos de inadimplência cuja ocorrência é possível dentro de 12 meses após a data base das demonstrações financeiras consolidadas.

A PE 12 meses e a PE Vida são calculadas tanto em bases individuais como em bases coletivas, dependendo da natureza da carteira dos instrumentos financeiros.

O SMBCB estabeleceu como política avaliar, ao final de cada período de divulgação de suas demonstrações financeiras consolidadas, se o risco de crédito de um instrumento financeiro aumentou significativamente desde o seu reconhecimento inicial, considerando a mudança no risco de inadimplência ocorrer ao longo da vida remanescente do instrumento financeiro.

Baseado no processo acima, o SMBCB distribui seus instrumentos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), conforme descrito abaixo:

**Estágio 1:** Operações que não apresentam aumento significativo relativo ao risco de crédito com relação a data inicial da operação. Neste caso a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida (PD para o prazo remanescente da operação) limitado a 12 meses (PD 12 meses).

**Estágio 2:** Operações que apresentam aumento significativo relativo ao risco de crédito com relação a data inicial da operação. Neste caso a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida (PD para o prazo remanescente da operação, devendo compor no mínimo a PD12 meses).

**Estágio 3:** Operações com evidências de perdas ou com problema de recuperação de crédito. Neste caso a perda esperada é baseada no cálculo para uma janela futura da vida, porém a PD neste caso é 100% uma vez que o estágio 3 é a própria inadimplência.

**(i) Cálculo das perdas esperadas**

O SMBCB calcula PE para mensurar a insuficiência de caixa esperada, descontada a valor presente. Uma insuficiência de caixa é a diferença entre os fluxos de caixa devidos a uma entidade de acordo com o contrato da operação e os fluxos de caixa que a entidade espera receber.

Os mecanismos de cálculo de PE são descritos abaixo e seus principais elementos são:

Probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*): é uma estimativa da probabilidade de inadimplência ao longo de um certo horizonte de tempo.

Exposição no momento da inadimplência (*exposure at default - EAD*): é uma estimativa da exposição na data futura de inadimplência, levando em consideração as alterações esperadas na exposição após a data base das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo pagamentos de principal e juros, utilização de limites e juros calculados sobre pagamentos não realizados.

Perda dada a inadimplência (*loss given default - LGD*): é uma estimativa de perda originada no caso de inadimplência ocorrer em um certo momento. É baseada na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos e os fluxos que a entidade espera receber, incluindo os provenientes da realização de garantias. É, usualmente, expressa como uma porcentagem da EAD.

O período máximo para o qual as perdas de crédito são determinadas é o prazo contratual do instrumento financeiro, a não ser que o SMBCB tenha o direito legal de liquidar antecipadamente.

Os mecanismos para determinação de PE são descritos a seguir:

**Estágio 1:** O SMBCB calcula a provisão de PE de 12 meses baseado na expectativa de ocorrência de inadimplência nos 12 meses seguintes à data de reporte. Essas probabilidades de ocorrência de inadimplência em 12 meses são aplicadas sobre a previsão de EAD e multiplicada pela LGD esperada descontada a valor presente.

**Estágio 2:** Na ocorrência de aumento significativo no risco de crédito desde a sua originação, o SMBCB reconhece uma provisão de PE Vida. Os mecanismos são similares aos explicados acima, mas as PDs e LGDs são estimadas ao longo da vida do instrumento. A expectativa de insuficiência de caixa é descontada a valor presente.

**Estágio 3:** para operações consideradas com problemas de recuperação, o SMBCB reconhece as perdas de crédito esperadas ao longo da vida dessas operações. O método é similar ao utilizada para as operações do Estágio 2, no entanto a PD determinada em 100%.

**Limites de crédito:** ao estimar a PE Vida para limites de crédito não utilizados, o SMBCB estima a parcela do limite concedido que será utilizado ao longo de sua vida. A PE é então baseada no valor presente da insuficiência de fluxos de caixa se o limite for utilizado. A insuficiência de caixa esperada é descontada a valor presente.

**(ii) Instrumentos de dívida mensurados ao VJORA**

A PE de instrumentos de dívida mensurados ao VJORA não reduz o valor contábil desses ativos financeiros no balanço patrimonial, que permanecem ao valor justo. Ao invés disso, um valor igual ao da provisão que seria originada caso os ativos fossem mensurados ao custo amortizado é reconhecido em outros resultados abrangentes tendo como contrapartida o resultado. A perda

acumulada reconhecida em outros resultados abrangentes é transferida para o resultado no momento do desreconhecimento dos ativos.

**d. Operações compromissadas**

Compras de ativos financeiros com base em um contrato de revenda não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial como financiamento concedido, com base na natureza do devedor, sob a rubrica “Aplicações em operações compromissadas”. Caso o prazo das aplicações em operações compromissadas seja inferior a 90 dias a divulgação sob a rubrica “Caixa e Equivalentes de Caixa”.

**e. Ativos tangíveis**

Ativos tangíveis inclui sistemas de processamento de dados, sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso de propriedade do Banco, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e qualquer perda por redução no valor recuperável (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição adicionado de todos os custos incrementais necessários para colocar o ativo em local e condição de uso, sendo que os custos incorridos posteriormente com estes ativos são imediatamente reconhecidos na rubrica de “outras despesas administrativas”.

A depreciação é determinada pelo método linear com base na vida útil estimada em 5 anos para sistemas de processamento de dados, e 10 anos para sistemas de comunicação, instalações e móveis e equipamentos de uso.

O Banco avalia, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável).

Caso tal situação ocorra, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e as despesas de depreciação futuras são ajustadas proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil precisar ser reestimada).

**f. Ativos Intangíveis**

Os ativos intangíveis representam ativos identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultem de um direito legal ou outro tipo de contrato que dê ao Banco o controle efetivo do ativo ou que sejam desenvolvidos internamente pelo Banco. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais o Banco considere provável a geração de benefícios econômicos futuros.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção, mais os custos para colocá-los em situação e condição de uso. Estes ativos são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer descontos ao valor recuperável.

São compostos substancialmente por softwares adquiridos junto a fornecedores externos. Esses gastos são amortizados pelo prazo de licenças desses softwares.

**g. Provisões e ativos e passivos contingentes**

Os Administradores, ao elaborar suas demonstrações financeiras consolidadas, efetuam uma distinção entre:

**Provisões:** saldos credores representativos de obrigações presentes (legais ou presumidas) na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, embora o valor e/ou época sejam incertos.

**Obrigações legais:** derivam de obrigações legal ou contratualmente estabelecidas, oriundas de eventos passados, substancialmente representados por obrigações tributárias cuja legalidade e a constitucionalidade das leis que as constituíram estão sendo contestados judicialmente.

**Passivos contingentes:** possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle do Banco. Incluem as obrigações presentes do Banco, caso não seja provável que uma saída de recursos será necessária para a sua liquidação.

**Ativos contingentes:** ativos originados em eventos passados e cuja existência dependa, e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência, de eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Banco. Ativos contingentes não são reconhecidos na demonstração de posição financeira, mas sim divulgados nas notas explicativas, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do SMBCB incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões são utilizadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Tais provisões são constituídas com base nas melhores informações disponíveis sobre os eventos que lhe deram origem, sendo revisadas e ajustadas (quando necessárias) ao final do período. Provisões são totais ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

**h. Reconhecimento de receitas e despesas**

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

**(i) Receitas e despesas com juros**

As receitas e despesas de juros e similares, as comissões pagas ou recebidas que sejam componentes do retorno esperado da operação e todos os custos inerentes atrelados a originação do ativo ou captação do passivo são reconhecidas no resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados (regime de competência) por meio da utilização do método da taxa de juros efetiva.

**(ii) Receita de dividendos**

Os dividendos recebidos de investimentos não considerados como sociedades coligadas ou controladas são reconhecidos como receita quando o direito de os receber for originado para o Banco (deliberação da Diretoria).

**(iii) Comissões e itens similares**

As receitas e despesas de comissões são reconhecidas na demonstração do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com as características das operações que as originaram. Os principais critérios são os seguintes:

Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas no resultado quando pagas;

As receitas ou despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço são reconhecidas de forma linear pelo período de tempo em que perdurar a prestação destes serviços;

As receitas e despesas recebidas ou pagas em decorrência de prestação de serviço cujo valor seja incerto ou cujo estabelecimento do direito de receber ou pagar esteja condicionado a um ou mais eventos futuros onde a ocorrência seja incerta são reconhecidas em um único ato quando o valor a receber se tornar conhecido ou quando o evento futuro de fato se concretizar.

**i. Impostos sobre a renda**

O imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 20%, depois de efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do SMBCB está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A expectativa de recuperação dos créditos tributários é de 10 (dez) anos. A compensação depende da natureza do crédito gerado, oriunda de prejuízo fiscal, base negativa e diferenças temporariamente indedutíveis, compostas por provisão para perdas esperadas e valor justo de instrumentos financeiros.

A constituição, realização ou a manutenção dos créditos tributários são avaliadas periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a realização de tais valores.

A despesa de Imposto sobre a renda é reconhecida na demonstração do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal será reconhecido também no patrimônio líquido.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como: valores a pagar ou a recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que sejam considerados prováveis que o SMBCB terá lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

**j. Garantias financeiras**

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro, se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou confirmados pela entidade, entre outros.

Garantias financeiras, independentemente do avalista ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por redução no valor recuperável de instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado.

**k. Plano de benefícios a funcionários**

O plano de benefícios pós-empregado compreende o compromisso assumido pelo SMBCB de complemento dos benefícios do sistema de previdência.

***Plano de Benefício Definido***

Para esta modalidade de plano, a obrigação da Patrocinadora é a de fornecer os benefícios pactuados junto aos empregados, assumindo o potencial risco atuarial de que os benefícios venham a custar mais do que o esperado.

O valor presente de obrigação de benefício definido é o valor presente sem a dedução de quaisquer ativos do plano, dos pagamentos futuros esperados necessários para liquidar a obrigação resultante do serviço do empregado nos períodos corrente e passados.

Ganhos e perdas atuariais são mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido resultantes de: (a) ajustes pela experiência (efeitos das diferenças entre as premissas atuariais adotadas e o que efetivamente ocorreu); e (b) efeitos das mudanças nas premissas atuariais.

É realizado o reconhecimento integral em conta de passivo quando perdas atuariais (déficit atuarial) não reconhecidas venham a ocorrer, em contrapartida de conta do patrimônio líquido ("Outros Resultados Abrangentes").

Os planos de benefício definido são registrados com base em estudo atuarial, realizado anualmente por entidade externa de consultoria, no final de cada exercício com vigência para o período subsequente.

## **l. Demonstração dos fluxos de caixa**

Os termos, a seguir, são usados na demonstração dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

**Caixa e equivalentes de caixa:** são representados por disponibilidades em moeda nacional ou em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva da aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança no valor justo, sendo utilizados para gerenciamento dos compromissos de curto prazo.

**Fluxos de caixa:** são entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.

**Atividades operacionais:** são as principais atividades geradoras de receita do Banco e outras que não sejam atividades de financiamento ou de investimento.

**Atividades de investimento:** são a aquisição e a alienação de ativos de longo prazo e outros investimentos não incluídos em equivalentes de caixa.

**Atividades de financiamento:** são atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e no endividamento do Banco.

## **m. Arrendamentos**

No início de um contrato, o Banco avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

### ***Como arrendatário***

O Banco é arrendatário de bens imóveis (ativos subjacentes) para realização de suas atividades comerciais. O reconhecimento inicial ocorre na assinatura do contrato, na rubrica “Passivo de arrendamento”, que corresponde ao total dos pagamentos futuros trazidos a valor presente em contrapartida a rubrica de “Móveis e equipamentos de uso”, depreciados de forma linear pelo prazo do arrendamento e testados anualmente para identificar eventuais perdas por redução ao valor recuperável. A despesa financeira correspondente aos juros do passivo de arrendamento é reconhecida na rubrica “Despesas com juros e similares”.

### ***Arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo***

O Banco optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. O Banco reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

## 4 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Disponibilidades</b>		
Disponibilidades em moeda nacional	806	31.327
Disponibilidades em moeda estrangeira	45.283	11.904
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>		
Aplicações no mercado aberto	-	1.995.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	525.086	488.686
Aplicações em moedas estrangeiras	255.310	650.185
	<u>826.485</u>	<u>3.178.098</u>

## 5 Depósitos vinculados ao Banco Central

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos vinculados ao Banco Central	1.668	1.853
	<u>1.668</u>	<u>1.853</u>

## 6 Instrumentos financeiros derivativos (ativo e passivo)

Os instrumentos derivativos, compostos de operações de Swap, *Non Deliverable Forward* – NDF e Futuros, encontram-se custodiados na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão nas modalidades bolsa e balcão.

### a) Composição dos instrumentos financeiros derivativos

	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor Referencial do Contrato	Valor Referencial do Contrato
<b>Operações de SWAP</b>				
CDI X PRÉ	-	-	-	860.769
PRÉ x DOLAR	115.985	-	690.168	728.687
CDI x DOLAR	45.429	74.062	1.954.291	2.420.548
PRÉ x IENE	3.152	-	34.970	667.191
CDI x IENE	20.850	1.507	230.133	246.148
IENE x CDI	-	362.252	1.837.412	4.298.307
PRÉ x SOFR	46.787	42.128	2.123.662	2.260.010
<b>Operações de NDF</b>				
PRÉ x DOLAR	13.711	8.146	1.143.402	584.375
DOLAR x PRÉ	36.956	21.030	1.613.404	1.903.283
PRÉ x EURO	-	-	-	23.914
PRÉ x IENE	18.423	-	90.870	134.216
IENE x PRÉ	-	1.381	7.233	23.111
<b>Credit value adjustment (CVA)</b>				
CVA	(749)	-	-	-

	2025		2024	
	Valor a Receber	Valor a Pagar	Valor Referencial do Contrato	Valor Referencial do Contrato
<b>Hedge Accounting</b>				
(+/-) Ajuste a Valor Justo	(6.114)	(597)	-	-
<b>Debit value adjustment (DVA)</b>				
DVA	-	(28)	-	-
<b>Câmbio</b>				
Câmbio comprado a liquidar	884	136.634	2.509.763	-
Direitos sobre a vendas de câmbio	82.015	11.267	2.508.325	-
<b>Total</b>	<b>377.329</b>	<b>657.782</b>	<b>14.743.633</b>	<b>14.150.559</b>

**b) Composição do valor nominal por vencimento**

	2025			2024	
	Até 90 dias	De 91 até 360 dias	Acima de 360 dias	Total	Total
<b>Operações de SWAP</b>					
CDI x PRÉ	-	-	-	-	110.000
PRÉ x CDI	-	-	-	-	750.769
PRÉ x DOLAR	-	690.168	-	690.168	728.686
CDI x DOLAR	-	400.000	1.554.291	1.954.291	2.420.548
PRÉ x IENE	34.970	-	-	34.970	667.191
CDI x IENE	30.000	200.134	-	230.134	246.148
IENE x CDI	220.210	51.468	1.565.734	1.837.412	4.298.309
PRÉ x SOFR	-	-	2.123.661	2.123.661	2.260.009
<b>Operações de NDF</b>					
PRÉ x DOLAR	818.605	324.797	-	1.143.402	584.374
DOLAR x PRÉ	726.271	588.294	298.838	1.613.403	1.903.283
PRÉ x EURO	-	-	-	-	23.914
PRÉ x IENE	20.199	70.672	-	90.871	134.216
PRÉ x SOFR	-	-	-	-	-
IENE x PRÉ	3.364	3.869	-	7.233	23.112
<b>CÂMBIO</b>					
Câmbio comprado a liquidar	1.305.134	1.176.105	28.524	2.509.763	-
Direitos sobre a vendas de câmbio	1.305.755	1.174.045	28.524	2.508.324	-
<b>Total</b>	<b>4.464.508</b>	<b>4.679.552</b>	<b>5.599.572</b>	<b>14.743.632</b>	<b>14.150.559</b>

**c) Comparação do valor nominal por local de negociação**

	2025		2024	
	Bolsa	Balcão	Valor nominal	Valor nominal
Swaps	1.837.412	5.033.225	6.870.637	11.481.660
NDF	496.563	2.358.345	2.854.908	2.668.899
Câmbio	-	-	5.018.087	-
<b>Total</b>	<b>2.333.975</b>	<b>7.391.570</b>	<b>14.743.632</b>	<b>14.150.559</b>

**d) Comparação entre valor de custo e o valor justo**

	2025		2024
	Valor de Custo	Valor de Mercado	Valor de Mercado
<b>Ativo (Receber)</b>			
Operações de SWAP	173.089	232.203	294.538
Operações de NDF	53.745	69.090	291.736
Operações de Câmbio	79.986	82.899	-
<b>Credit value adjustment (CVA)</b>			
CVA	-	(749)	(436)
<b>Hedge Accounting</b>			
(+/-) Ajuste a Valor Justo	-	(6.114)	-
<b>Passivo (pagar)</b>			
Operações de SWAP	(423.109)	(479.949)	(501.175)
Operações de NDF	(32.676)	(30.557)	(28.020)
Operações de Câmbio	(165.048)	(147.901)	-
<b>Dedit value adjustment (DVA)</b>			
DVA	-	28	-
<b>Hedge Accounting</b>			
(+/-) Ajuste a Valor Justo	-	597	-
<b>Total</b>	<b>(314.013)</b>	<b>(280.453)</b>	<b>56.643</b>

**e) Hedge contábil**

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o SMBCB possuía operações com instrumentos financeiros derivativos com o propósito de mitigar o efeito da variação cambial das captações realizadas em moeda estrangeira e operações de crédito pré-fixadas em reais. Tais operações foram designadas como *hedge* contábil e foram segregados entre:

**Hedge de risco de mercado** – destina-se a compensar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de “*hedge*” e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida às contas de receita ou despesa no resultado do período. Os respectivos itens objeto de “*hedge*” são ajustados pelo valor justo na data do balanço.

**Hedge de fluxo de caixa** – destina-se a compensar a variação no fluxo de caixa futuro estimado e a sua valorização ou desvalorização é contabilizada em contrapartida à conta destacada no patrimônio líquido, deduzido dos efeitos tributários.

**e.1 - Avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de risco de mercado**

<b>Vencimentos - Valor Mercado – 2025</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Futuros	Cupom Cambial	(635.272)	-	(479.292)	(1.114.564)
<b>Total</b>		<b>(635.272)</b>	<b>-</b>	<b>(479.292)</b>	<b>(1.114.564)</b>

<b>Vencimentos - Valor Justo – 2024</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Futuros	Cupom Cambial	481.601	173.217	6.433	661.251
<b>Total</b>		<b>481.601</b>	<b>173.217</b>	<b>6.433</b>	<b>661.251</b>

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Itens Objeto de “hedge”</b>		
<b>Ativo</b>		
<b>Aplicações depósitos interfinanceiros</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	672.826	372.145
Valor do ajuste	2.687	(1.136)
Valor de mercado	675.513	371.009
<b>Capital de giro</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	409.030	308.268
Valor do ajuste	(1.556)	(13.328)
Valor de mercado	407.474	294.940
<b>Total Valor a mercado Objeto de “hedge”</b>	<b>1.082.987</b>	<b>665.949</b>
<b>Instrumentos de “hedge” a mercado</b>		
<b>Passivo</b>		
Futuros	(1.114.564)	(661.251)
<b>Total Valor a mercado instrumento de “hedge”</b>	<b>(1.114.564)</b>	<b>(661.251)</b>

<b>Vencimentos - Valor Justo – 2025</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
SWAP	JPY x CDI	142.157	907.739	632.876	1.682.772
Câmbio	JPY x CDI	855.249	18.817	-	874.066
Funding	JPY x CDI	(9.833)	(19.265)	-	(29.098)
<b>Total</b>		<b>987.573</b>	<b>907.291</b>	<b>632.876</b>	<b>2.527.740</b>

<b>Vencimentos - Valor Justo – 2024</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
SWAP	JPY x CDI	2.400.641	516.763	930.462	3.847.866
<b>Total</b>		<b>2.400.641</b>	<b>516.763</b>	<b>930.462</b>	<b>3.847.866</b>

  

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Ativo</b>		
<b>Adiantamento de contrato de câmbio</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	26.131	-
Valor do ajuste	(242)	-
<b>Total valor a mercado - Ativos Objeto de “hedge”</b>	<b>25.889</b>	<b>-</b>
<b>Instrumentos de “hedge”</b>		
Swap	1.682.772	3.847.866
Câmbio	874.066	-
<b>Total valor a mercado Instrumento de “hedge”</b>	<b>2.556.838</b>	<b>3.847.866</b>
<b>Passivo</b>		
<b>Operações de repasse</b>		
Valor atualizado pelas condições pactuadas	(2.756.768)	(3.882.285)
Valor do ajuste	31.284	34.541
<b>Total valor a mercado - Passivos Objeto de “hedge”</b>	<b>(2.725.484)</b>	<b>(3.847.744)</b>
<b>Instrumentos de “hedge”</b>		
Funding	(29.098)	-
<b>Total valor de mercado do Instrumento de “hedge”</b>	<b>(29.098)</b>	<b>-</b>

**e.2 - Avaliação a valor justo dos instrumentos financeiros derivativos por faixa de vencimento e indexador – Hedge de fluxo de caixa**

<b>Vencimentos - Valor Justo – 2025</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Futuros		118.171	62.810	-	180.981
<b>Total</b>		<b>118.171</b>	<b>62.810</b>	<b>-</b>	<b>180.981</b>

<b>Vencimentos - Valor Justo – 2024</b>					
<b>Descrição</b>	<b>Indexador</b>	<b>Até 12 meses</b>	<b>1 a 3 anos</b>	<b>3 a 5 anos</b>	<b>Total</b>
Futuros	Cupom Cambial	532.053	191.009	-	723.062
<b>Total</b>		<b>532.053</b>	<b>191.009</b>	<b>-</b>	<b>723.062</b>

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Itens Objeto de “hedge”</b>		
<b>Passivo</b>		
<i>Operações de repasse</i>		
<i>Valor atualizado pelas condições pactuadas</i>	(179.203)	(719.030)
<b>Instrumentos de “hedge”</b>		
<b>Ativo</b>		
Futuros	180.981	723.062
Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa	9.229	14.017

O valor de R\$ 9.229 em 31 de dezembro de 2025 e R\$ 14.017 em 31 de dezembro 2024 em Reserva de Hedge de Fluxo de Caixa será reconhecido no resultado pelo prazo do vencimento do objeto de *hedge*.

## 7 Ativos financeiros ao valor justo

### a) Valor Justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

#### *Composição*

	<b>Estágio 1</b>	
	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Carteira própria:</b>		
<b>Instrumento de dívida:</b>		
Títulos públicos	3.470.552	2.824.454
Títulos privados	181.156	-
<b>Instrumento de patrimônio:</b>		
Cotas de fundos de investimentos:	109	104
	3.651.817	2.824.558

A nota explicativa nº 31 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento dos ativos financeiros a valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

#### *Segregação por hierarquia de valor justo*

A tabela a seguir mostra os valores justos dos Ativos Financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, segregados por hierarquia de valor justo com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo SMBCB, conforme descrito na nota 3 (b) item (iii).

	<b>2025</b>		<b>2024</b>	
	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>
<b>Carteira própria:</b>				
<b>Instrumento de dívida:</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	1.910.623	-	1.185.238	-
Debêntures		73.687	-	-
Nota Comercial		89.421	-	-
<b>Instrumento de patrimônio:</b>				
Cotas de fundos de investimentos:				
Cotas de fundos de participação – FIP	-	109	-	104
<b>Instrumento de dívida:</b>				
<b>Vinculados à prestação de garantias:</b>				
Letras Financeiras do Tesouro	1.577.976	-	1.639.216	-
	3.488.599	163.217	2.824.454	104

Os títulos públicos são escriturais e estão registrados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia do Banco Central do Brasil (SELIC).

## 8 Ativos financeiros ao valor justo no resultado (VJR) e ao Custo Amortizado

### a) Aplicações em depósitos interfinanceiros

	Nível 1	
	2025	2024
<b>Aplicações de depósitos interfinanceiros</b>		
<b>Mensurados ao valor justo no resultado</b>		
Não ligadas	675.513	371.009
<b>Mensurados o custo amortizado</b>		
Não ligadas	23.407	550.538
	<u>698.920</u>	<u>921.547</u>

A nota explicativa nº 31 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações em depósitos interfinanceiros.

### b) Títulos e valores mobiliários

	Nível 2	
	2025	2024
<b>Instrumento de dívida</b>		
<b>Ao custo amortizado</b>		
Debêntures	543.801	666.072
Nota comercial	521.933	252.819
	<u>1.065.734</u>	<u>918.891</u>

A nota explicativa nº 31 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das aplicações em títulos e valores mobiliários ao custo amortizado.

### c) Empréstimos e recebíveis de clientes

	2025	2024
<b>Descrição</b>		
<b>Mensurados o custo amortizado</b>		
Cédula de Crédito Bancário - CCB	215.359	56.404
Capital de giro	877.141	1.004.091
Financiamentos em moeda estrangeira	132	-
Notas de Créditos para Exportação - NCE	31.916	318.617
Repasses interfinanceiros	141.657	377.654
Adiantamento sobre contratos de câmbio	385.193	959.233
Rendas a receber sobre adiantamentos	-	47.666
Fiança honrada	871.494	342.222
	<u>2.522.892</u>	<u>3.105.887</u>

**d) Por vencimento**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>A vencer:</b>		
Até 30 dias	89.092	73.582
De 31 a 60 dias	88.147	482.957
De 61 a 90 dias	81.000	451.059
De 91 a 180 dias	349.932	837.638
De 181 a 360 dias	789.276	205.739
Acima de 360 dias	230.255	1.054.912
<b>Vencidas:</b>		
Vencidas de 61 a 90 dias	20.960	-
Vencidas de 91 a 180 dias	382.511	-
Vencidas de 181 a 360 dias	149.496	-
Vencida a mais de 360 dias	342.223	-
	<u>2.522.892</u>	<u>3.105.887</u>

A segregação por vencimento foi efetuada considerando-se as parcelas em aberto na data do balanço.

As operações de crédito dos 20 maiores devedores em 31 de dezembro de 2025 representam 96,45% da carteira de crédito (94,84% em 2024).

**e) Por setor de atividade**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Setor privado:		
Indústria	858.433	1.322.533
Instituições Financeiras	141.656	377.654
Comércio	32.510	20.857
Outros serviços	1.490.293	1.384.843
	<u>2.522.892</u>	<u>3.105.887</u>

**f) Provisão para perdas de crédito esperadas**

	<u>Saldos em 31/12/2025</u>			
	<u>Estágios</u>			
	<u>1</u>	<u>2</u>	<u>3</u>	<u>Total</u>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>				
<b>Provisão para perdas esperadas</b>				
Títulos e valores mobiliários	(1.311)	-	(467.470)	(468.781)
Empréstimos e recebíveis de clientes	(2.013)	-	(823.978)	(825.991)
<b>Total de perdas esperadas de crédito</b>	<b>(3.324)</b>	<b>-</b>	<b>(1.291.448)</b>	<b>(1.294.772)</b>
Garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº 15b)	(4.330)	(1.500)	-	(5.830)
<b>Total de perdas esperadas de crédito e garantias</b>	<b>(4.330)</b>	<b>(1.500)</b>	<b>-</b>	<b>(5.830)</b>
Outros riscos	(3.154)	(6)	(8.800)	(11.960)

	<b>Saldos em 31/12/2025</b>			
	<b>Estágios</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>Total</b>
<b>Total outros riscos</b>	<b>(3.154)</b>	<b>(6)</b>	<b>(8.800)</b>	<b>(11.960)</b>
<b>Total de perdas esperadas de crédito</b>	<b>(10.808)</b>	<b>(1.506)</b>	<b>(1.300.248)</b>	<b>(1.312.562)</b>

  

	<b>Saldos em 31/12/2024</b>			
	<b>Estágios</b>			
	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>Total</b>
<b>Ativos financeiros ao custo amortizado</b>				
<b>Provisão para perdas esperadas</b>				
Títulos e valores mobiliários	(3.814)	-	-	(3.814)
Empréstimos e recebíveis de clientes	(5.588)	(4.969)	(245.099)	(255.656)
<b>Total de perdas esperadas de crédito</b>	<b>(9.402)</b>	<b>(4.969)</b>	<b>(245.099)</b>	<b>(259.470)</b>
Garantias financeiras prestadas (nota explicativa nº 15b)	(9.094)	(29.736)	(228.268)	(267.098)
<b>Total de perdas esperadas de crédito e garantias</b>	<b>(18.496)</b>	<b>(34.705)</b>	<b>(473.367)</b>	<b>(526.568)</b>

O SMBCB não apresentou provisão para perdas de crédito esperadas dos instrumentos classificados como VJORA em 2025 e 2024.

### **Movimentação do resultado com provisão para perdas de crédito esperadas**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Reversão de provisão	752.527	458
Constituição de provisão	(1.538.511)	(401.193)
<b>Resultado dos exercícios</b>	<b>(785.984)</b>	<b>(400.735)</b>

Não houve operações renegociadas e nem operações baixadas para prejuízo.

### **g) Metodologia de cálculo da perda esperada com a carteira de empréstimos e recebíveis de clientes**

As referências abaixo demonstram como a avaliação e a mensuração da redução ao valor recuperável foram realizadas pelo SMBCB para fins de elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas. Elas devem ser lidas em conjunto com a nota explicativa que descreve as principais práticas contábeis do SMBCB (nota explicativa nº 3 (c)).

#### ***Alocação em estágios***

Conforme descrito na nota explicativa 3 (c), o SMBCB distribui seus ativos financeiros em estágios (Estágio 1, Estágio 2 e Estágio 3), de acordo com seu nível de deterioração de risco de crédito. Para realizar essa distribuição, as seguintes premissas são consideradas:

#### **(i) Aumento significativo no risco de crédito**

O SMBCB monitora continuamente todos os ativos sujeitos à constituição de provisão para perdas esperadas. Com o objetivo de determinar se um instrumento é sujeito à provisão para perdas esperadas para 12 meses (PE 12 meses) ou para a vida da operação (PE Vida), o SMBCB avalia

se houve um aumento significativo de risco de crédito ao longo do prazo da operação desde o seu reconhecimento inicial.

O SMBCB considera que uma operação teve aumento significativo de risco de crédito (classificação em Estágio 2) quando seu atraso atingir 30 dias ou tiver elevação de sua probabilidade de inadimplência (PD) em 3 p.p.

**(i) Definição de inadimplência e “cura”**

O SMBCB considera como um instrumento financeiro inadimplente e, conseqüentemente no Estágio 3 para fins de cálculo de PE, todas as operações que se encontram vencidas há mais de 90 dias em relação a seus pagamentos contratuais ou que tenham como contraparte clientes com classificação interna de risco de crédito (*Obligor Grade*) que indique sérias dificuldades de negócios e recuperação improvável (vide nota 30 (v) – Gerenciamento de Riscos – Risco de Crédito para descrição sobre a metodologia do SMBCB para classificação de seus clientes de acordo com sua qualidade de crédito).

Para operações interbancárias (operações interfinanceiras de liquidez), o SMBCB as considera inadimplentes quando o pagamento intra diário requerido não é realizado ao final da operação conforme determinado nos termos contratuais.

O SMBCB considera que o instrumento não está mais inadimplente (ou seja, evento de “cura”) quando a contraparte (pessoa física ou jurídica) não apresenta mais atrasos no fluxo de pagamentos por um período consecutivo de 6 meses.

***Avaliação e mensuração da redução ao valor recuperável***

O SMBCB considera os seguintes elementos na avaliação e mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas.

**(i) Probabilidade de inadimplência (*probability of default - PD*)**

O SMBCB possui um modelo interno de atribuição de classificações de risco de crédito (*ratings*) a seus clientes e de probabilidades de inadimplência (PD). O modelo incorpora informações qualitativas e quantitativas e, em adição a informações específicas do cliente, são utilizadas informações externas suplementares que podem afetar o comportamento do cliente (vide nota 30 (v) – Gerenciamento de Riscos – Risco de Crédito para descrição sobre a metodologia do SMBCB para classificação de seus clientes de acordo com sua qualidade de crédito).

**(ii) Perda em caso de inadimplência (LGD)**

A LGD é a perda surgida na hipótese de inadimplência. O cálculo de LGD baseia-se nas baixas líquidas de empréstimos inadimplentes.

**(iii) Informações prospectivas (*visão forward looking*)**

Nos modelos de PE, o SMBCB utiliza informações macroeconômicas prospectivas, sendo a taxa de endividamento das famílias (excluindo endividamento relacionado a crédito habitacional) a principal.

Outras considerações prospectivas que não foram incorporadas, como o impacto de quaisquer mudanças regulatórias, legislativas ou políticas, também foram consideradas, mas não são vistas como tendo um impacto material e, portanto, nenhum ajuste por *impairment* foi feito para esses fatores. Isso é revisado e monitorado no que tange à adequação anualmente.

Apresentamos abaixo as mudanças na provisão para perdas de crédito esperadas em 31 de dezembro de 2025, que seriam o resultado razoável de possíveis mudanças nas premissas de variáveis econômicas utilizadas pelo SMBCB:

	<b>PD</b>	<b>% relativo de variação</b>
	Estimativa base	0,282%
	Piora 1%	0,289%
	Melhora 1%	-2,262%
	Piora 5%	12,118%
	Melhora 5%	-10,811%

**(iv) Exposição no momento da inadimplência (EAD)**

A EAD representa o valor contábil bruto dos instrumentos financeiros sujeito ao cálculo das perdas esperadas (PE), considerando a capacidade do cliente em aumentar sua exposição enquanto se aproxima da inadimplência e o potencial de ocorrência de pagamentos antecipados.

Para os limites de crédito concedidos e não utilizados e garantias financeiras prestadas, a exposição na inadimplência é prevista levando em consideração o saldo utilizado, sem a adição de um "fator de conversão de crédito".

**h) Movimentação da provisão para redução ao valor recuperável**

Estágios 1-2-3	31 de dezembro de 2024 à 31 de dezembro de 2025			
	Empréstimos e recebíveis de clientes			
	1	2	3	Total
<b>Perda Esperada em 1º de janeiro de 2025:</b>	<b>(18.496)</b>	<b>(34.705)</b>	<b>(473.367)</b>	<b>(526.568)</b>
<b>Movimentação</b>				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	3.210	-	(1.125)	2.085
Novos ativos financeiros originados ou comprados	4.478	(106)	(1.291.141)	(1.286.769)
Estorno de provisão de contratos liquidados/baixados	-	33.305	465.385	498.700
<b>Total movimentação</b>				
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2025</b>	<b>(10.808)</b>	<b>(1.506)</b>	<b>(1.300.248)</b>	<b>(1.312.562)</b>

  

Estágios 1-2-3	31 de dezembro de 2023 à 31 de dezembro de 2024			
	Empréstimos e recebíveis de clientes			
	1	2	3	Total
<b>Perda Esperada em 1º de janeiro de 2024:</b>	<b>(8.913)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(8.913)</b>
<b>Movimentação</b>				
Migração de estágio:				
Estágio 1 para o Estágio 2	-	-	-	-
Novos ativos financeiros originados ou comprados	(13.960)	(34.705)	(469.974)	(518.639)
Mudanças nas PDs, LGDs e EADs	8.991	-	(3.393)	5.598
Estorno de provisão de contratos liquidados/baixados	(4.614)	-	-	(5.935)
<b>Total movimentação</b>				
<b>Perda Esperada em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>(18.496)</b>	<b>(34.705)</b>	<b>(473.367)</b>	<b>(526.568)</b>

## 9 Outros ativos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Serviços prestados a receber	42.158	104.407
Negociação e intermediação de valores	17.420	6.036
Despesas antecipadas	1.680	391
Direito sobre operações de câmbio, líquido	-	123.177
Outros	9.713	10.904
	<u>70.971</u>	<u>244.915</u>

## 10 Ativos tangíveis

### a. Composição

	<u>2025</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Móveis e equipamentos de uso (**)	1.174	(952)	222
Instalações	5.597	(5.028)	569
Sistema de processamento de dados	19.851	(5.031)	14.820
Sistema de comunicação	631	(257)	374
Sistema de segurança	315	(291)	24
Sistema de transportes	600	(600)	-
Direitos de uso (*)	12.993	(1.039)	11.954
Obras de Arte	97	-	97
Reforma em andamento	1.971	-	1.971
<b>Saldos</b>	<u>43.229</u>	<u>(13.198)</u>	<u>30.031</u>

  

	<u>2024</u>		
	<u>Custo</u>	<u>Depreciação acumulada</u>	<u>Saldo líquido</u>
Móveis e equipamentos de uso	1.629	(1.308)	321
Instalações	5.503	(4.789)	714
Sistema de processamento de dados	8.184	(6.556)	1.628
Sistema de comunicação	683	(305)	378
Sistema de segurança	341	(305)	36
Sistema de transportes	867	(867)	-
Direitos de uso	6.812	(2.620)	4.192
	<u>24.019</u>	<u>(16.750)</u>	<u>7.269</u>

(\*) Em 2025, foi registrada uma nova linha de Direitos de Uso no valor de R\$ 12.993, acompanhada de depreciação de R\$ 1.039, evidenciando a renovação do contrato de aluguel da sede do Banco no exercício de 2025.

### b. Variações

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Custo:</b>		
Saldos no início do exercício	24.019	25.493
Adições (baixas) líquidas	19.210	(1.474)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<u>43.229</u>	<u>24.019</u>

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Depreciação acumulada:</b>		
Saldos no início do exercício	(16.750)	(15.263)
Baixas	6.562	2.420
Depreciação líquida	(3.010)	(3.907)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>(13.198)</b>	<b>(16.750)</b>

## 11 Ativos intangíveis

### a. Composição

	<b>2025</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Saldo líquido</b>
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	23.592	(15.503)	8.089
<b>Saldos</b>	<b>23.592</b>	<b>(15.503)</b>	<b>8.089</b>
	<b>2024</b>		
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Saldo líquido</b>
Desenvolvimentos de Tecnologia de Informação	21.256	(13.636)	7.620
	<b>21.256</b>	<b>(13.636)</b>	<b>7.620</b>

### b. Movimentações

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
<b>Custo:</b>		
Saldos no início do exercício	21.256	16.840
Adições (baixas) líquidas	2.336	4.416
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>23.592</b>	<b>21.256</b>
<b>Amortização acumulada:</b>		
Saldos no início do exercício	(13.636)	(12.906)
Amortização líquida	(1.867)	(730)
<b>Saldos no final do exercício</b>	<b>(15.503)</b>	<b>(13.636)</b>

## 12 Passivos financeiros

### a. Depósitos de clientes e captações no mercado aberto

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos		
Depósitos a vista	85.945	82.977
Depósitos a prazo	1.258.282	1.638.759
Recursos de aceites e emissão de títulos	587.866	180.392
Captações no mercado aberto	181.352	
	<u>2.113.445</u>	<u>1.902.128</u>

Os valores de depósitos de clientes destacados no quadro acima estão pelo custo amortizado. A nota explicativa nº 31 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento dos depósitos de clientes.

### b. Obrigações por empréstimos e repasses

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Passivo financeiro ao custo amortizado</b>		
Obrigações por empréstimos no exterior	379.099	1.128.165
Obrigações por repasses no exterior	3.301.990	5.316.230
	<u>3.681.089</u>	<u>6.444.395</u>

A nota explicativa nº 31 Gestão de Riscos - contém detalhes dos períodos de vencimento das obrigações por empréstimos e repasses.

## 13 Passivos contingentes

	<u>Provisões</u>		<u>Depósitos judiciais</u>	
	<u>2025</u>	<u>2024</u>	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Obrigações legais:</b>				
Desmutualização Cetip (a)	127	102	-	-
<b>Provisão para riscos:</b>				
Cíveis (b)	20.111	17.166	-	-
Trabalhistas (c)	1.969	2.364	657	631
	<u>22.207</u>	<u>19.632</u>	<u>657</u>	<u>631</u>

(a) O SMBCB contabilizou o valor referente à parcela do processo em andamento que considera como perda provável sobre a desmutualização das ações do Cetip, sendo que o montante para 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 127 (R\$ 102 em 2024).

(b) A provisão refere-se basicamente a processos de expurgos inflacionários sobre operações de depósitos a prazo, em que há probabilidade de desembolso financeiro. O montante atualizado em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 20.111 (R\$ 17.166 em 2024).

(c) A provisão refere-se a ações movidas por ex-empregados e terceirizados pleiteando direitos trabalhistas que entendem que sejam devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas a partir da decisão estabelecida previamente pela Diretoria ou em primeira instância em vara trabalhista. A Administração, consubstanciada na opinião dos seus consultores jurídicos, entende que os valores atualmente provisionados são adequados. O montante atualizado é de R\$ 1.969 (R\$ 2.364 em 2024).

Conforme avaliação interna, o Banco não possui contingências classificadas como risco de perda possível.

## 14 Passivo de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2025, a companhia mantinha contratos de arrendamento relacionados ao imóvel utilizado para suas atividades administrativas. Tais arrendamentos possuem prazo de duração de cinco anos, com opção de renovação ao término desse período.

Os pagamentos destes arrendamentos são reajustados anualmente, para refletir os ajustes inflacionários previstos contratualmente. A composição do saldo do passivo de arrendamento estão assim apresentados:

	<u>Banco</u>
<b>Vencimento</b>	<b>31/12/2025</b>
31/05/2030	11.954
	<b>11.954</b>
Circulante	1.477
Não circulante	10.477
<b>Total</b>	<b>11.954</b>

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 10 (a), rubrica "Direito de uso".

O fluxo do passivo de arrendamentos em 31 de dezembro de 2025 tem a seguinte composição, por ano de vencimento.

	<u>Banco</u>
<b>Vencimentos</b>	<b>31/12/2025</b>
2026	2.572
2027	2.706
2028	2.762
2029	2.762
2030	1.152
<b>Total</b>	<b>11.954</b>

A movimentação do arrendamento é assim representada:

	<u>Banco</u>
<b>Saldo em 31/12/2024</b>	<b>4.807</b>
Novos arrendamentos	8.186
Pagamento de arrendamentos	(1.039)
<b>Saldo em 31/12/2025</b>	<b>11.954</b>

## 15 Outros passivos

### a. Relações interdependências

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recursos em trânsito de terceiros	-	36.556
	-	36.556
	<u>-</u>	<u>36.556</u>

### b. Outras obrigações

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Sociais e estatutárias	10.352	142.614
Impostos e contribuições sobre salários	2.460	3.596
Demais impostos e contribuições	5.851	25.256
Negociação e intermediação de valores	73.588	10.496
Provisão para garantias financeiras prestadas (nota explicativa n° 8f)	5.830	267.098
Provisão para limites não utilizados	499	265
Provisões para pagamentos a efetuar:		
Despesas de pessoal	47.522	43.313
Outras despesas administrativas	10.296	4.789
Passivo de arrendamento (nota explicativa n° 14)	11.954	4.807
Passivos atuariais (nota explicativa n° 29)	28.479	23.485
Obrigações de moeda estrangeira	84.056	-
Comissão a diferir	-	90.446
Outras	1.873	3.111
	<u>282.760</u>	<u>619.276</u>

### c. Créditos tributários e passivos fiscais

#### *Imposto de renda e contribuição social*

	<u>2025</u>		<u>2024</u>	
	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>
Resultado antes da tributação e após participações	(479.111)	(479.111)	(225.731)	(225.731)
Reversão de provisões de passivos contingentes	-	-	(2.987)	(2.987)
Provisão de passivos contingentes	4.940	4.940	3.326	3.326
Provisão por redução ao valor recuperável	783.616	783.616	400.735	400.735
Provisões temporárias	4.339	4.339	(30.818)	(30.818)
Ajuste a valor de mercado de instrumentos financeiros derivativos	(60.368)	(60.368)	115.710	115.710
Ajuste a valor de mercado operações "hedge accounting"	-	-	4.556	4.556
Despesas não dedutíveis	26.700	11.462	12.972	1.695
Operações B3	(35.867)	(35.867)	(28.982)	(28.982)
Lucros filial exterior	3.635	3.635	1.590	1.590
Perdas incorridas dedutíveis	(232.559)	(232.559)	-	-
Outras adições/(exclusões)	(85)	(87)	(1.647)	(1.647)
	<u>(479.111)</u>	<u>(479.111)</u>	<u>(225.731)</u>	<u>(225.731)</u>

	2025		2024	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro tributável	15.240	0	248.724	237.447
Encargo total do imposto de renda à alíquota de 25% e contribuição social proporcional à alíquota de 20%	3.785	-	62.157	47.489
Contribuição Lei Rouanet	-	-	(300)	-
Lei Empresa Cidadã	(219)	-	-	-
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	60	-
Despesa com impostos sobre a renda	3.567	-	61.917	47.489

**d. Ativo fiscal diferido / Passivo fiscal diferido**

Os créditos fiscais diferidos sobre as provisões temporárias, baseado no estudo técnico elaborado, serão passíveis de realização dentro do prazo de 10 anos.

As regras de reconhecimento dos efeitos do exigível atuarial relacionados ao plano de aposentaria de benefícios definido e dos benefícios pós-emprego referentes ao Plano de Assistência Médica nos quais o SMBCB é patrocinador (conforme regra vigentes) também estão sendo considerados.

As composições do ativo e passivo fiscal diferido estão compostos conforme segue:

<b>Ativo fiscal diferido</b>	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Ajustes temporários sobre provisão para perdas de crédito esperadas	485.921	236.950
Marcação a mercado Swap	-	25.578
Ajustes temporários demais provisões	17.463	19.784
Ajuste temporário B3	-	12.010
Marcação a mercado Hedge Objeto	3.757	6.284
Ajuste atuarial plano de saúde	3.089	2.791
Ajuste ao valor justo - TVM e derivativos	-	344
Ajuste hedge accounting	-	183
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	57	46
<b>Total</b>	<b>510.287</b>	<b>303.970</b>
<b>Passivo fiscal diferido</b>		
Marcação a mercado Swap	1.024	31.628
Marcação a mercado NDF	7.859	14.671
Marcação a mercado Hedge Objeto	15.744	5.866
Marcação a mercado Câmbio	9.027	-
Marcação a mercado Cota Fundo	17.573	-
Ajuste Títulos Disponíveis para Venda	1.173	420
Ajuste temporário B3	7.671	3.541
Ajuste atuarial plano previdência	1.755	1.367
Ajuste hedge accounting	7.551	11.651
Ajuste DVA	12	-
<b>Total</b>	<b>69.389</b>	<b>69.144</b>

As movimentações dos ativos diferidos estão demonstradas conforme segue:

	<u>31/12/2024</u>	<u>(Realização)/ Constituições</u>	<u>31/12/2025</u>
<b>Movimentação de Ativo fiscal diferido</b>			
Ajustes de receitas e despesas de provisões temporárias	303.970	206.317	510.287
	<u>303.970</u>	<u>206.317</u>	<u>510.287</u>

Existem ainda créditos tributários não ativados sobre provisões para contingências cíveis no montante de R\$ 18.776 (R\$ 15.502 em 2024) devido à incerteza de sua realização em prazo inferior a 10 anos.

Composição do resultado com ativos fiscais diferidos:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Marcação a mercado NDF	-	(15.294)
Ajuste temporário B3	-	(13.042)
Marcação a mercado Hedge Objeto	-	(298)
Ajustes temporários sobre Provisão Para Perdas Incorridas	(38.147)	
Ajustes temporários sobre provisões judiciais	(46)	(5)
Ajustes temporários demais provisões	(2.284)	1.808
Ajuste hedge CDI	-	2.349
Marcação a mercado Swap	(43.306)	67.363
Ajustes temporários sobre perdas esperadas associadas ao risco de crédito	287.184	233.061
Total	<u>203.401</u>	<u>275.942</u>

**e. Tributos a recolher**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imposto de renda e contribuição social	3.567	109.346
	<u>3.567</u>	<u>109.346</u>

**f. Tributos a compensar**

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Antecipações de IRPJ não compensados	12.617	19.691
Antecipações de CSLL não compensadas	8.074	11.825
Outros impostos e contribuições a compensar	1.410	1.535
	<u>22.101</u>	<u>33.051</u>

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social está representado por ações ordinárias, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, assim distribuídas:

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Sumitomo Mitsui Banking Corporation (Japão)	1.785.997	1.675.697
Acionistas domiciliados no país	<u>2</u>	<u>2</u>
	<u>1.785.999</u>	<u>1.675.699</u>

### b. Dividendos

De acordo com a legislação societária e com o estatuto social, a distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio está condicionada à apuração de lucro líquido no exercício. Como o Banco apresentou prejuízo no exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não houve deliberação de dividendos nem de juros sobre o capital próprio referentes ao ano-calendário de 2025.

### c. Reserva legal

A reserva legal foi constituída na forma prevista na legislação societária, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

### d. Reserva Estatutária

A reserva estatutária corresponde à parcela dos lucros acumulados destinada após as alocações obrigatórias previstas na legislação societária e no estatuto social.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, o Banco apurou prejuízo de R\$ 275.289, o qual foi integralmente absorvido pelo resultado acumulado do período. Após essa absorção, o saldo da reserva estatutária — anteriormente de R\$ 396.209 em 2024 — passou a ser de R\$ 120.920.

Esse saldo será levado para o exercício seguinte ou receberá a destinação que vier a ser proposta pela Diretoria, *ad referendum* da Assembleia Geral.

## 17 Receitas com juros calculados pelo método de juros efetivos

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Títulos e valores mobiliários	644.182	387.609
Empréstimos e adiantamentos a clientes	<u>157.083</u>	<u>164.852</u>
	<u>801.265</u>	<u>552.461</u>

## 18 Outras receitas de juros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Títulos emprestados e operações compromissadas	288.774	370.459
	<u>288.774</u>	<u>370.459</u>

## 19 Despesas com juros e similares

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Depósitos de instituições financeiras	(7.671)	(2.159)
Depósitos de clientes	(176.389)	(186.720)
Títulos tomados em empréstimo e operações compromissadas	(60.266)	(99.146)
Dívida emitida e outros fundos tomados em empréstimo	(37.870)	(18.158)
	<u>(282.196)</u>	<u>(306.183)</u>

## 20 Receita líquida de comissões e prestação de serviços

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
<b>Receita líquida de comissões e prestação de serviços</b>		
Intermediação em financiamentos	40.119	33.981
Rendas de garantias prestadas	36.558	72.123
Outras taxas recebidas	10.044	9.899
	<u>86.721</u>	<u>116.003</u>

## 21 Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Receitas com operações de derivativos	5.967.302	4.293.958
Despesas com operações de derivativos	(6.732.659)	(3.870.830)
Resultado de fundos	(534)	-
	<u>(765.891)</u>	<u>423.128</u>

## 22 Resultado de operação de câmbio

As variações cambiais mostram os ganhos ou as perdas nas negociações indexadas em moedas estrangeiras nas conversões para a moeda funcional do SMBCB, no valor de R\$ 58.429 (R\$ 311.662 em 2024).

## 23 Despesas com pessoal

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Salários	(123.218)	(85.193)
Custos previdenciários	(42.520)	(35.832)
Benefícios	13.895	(15.886)
Outras despesas de pessoal	-	(283)
	<u>(151.843)</u>	<u>(137.194)</u>

## 24 Despesas administrativas

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Imóveis, instalações e materiais	(6.381)	(7.574)
Tecnologia e sistemas	(27.526)	(36.231)
Comunicações	(12.360)	(11.488)
Relatórios técnicos	(11.219)	(6.264)
Serviços de terceiros	(4.269)	(3.270)
Viagens, transportes	(2.786)	(2.292)
Propaganda e publicidade	(225)	(126)
Outras despesas administrativas	(5.166)	(1.280)
	<u>(69.932)</u>	<u>(68.525)</u>

## 25 Despesas tributárias

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
ISS / PIS / COFINS	(24.057)	(33.369)
Outros tributos	(2.263)	(1.799)
	<u>(26.320)</u>	<u>(35.168)</u>

## 26 Outras receitas operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Recuperação de encargos e despesas	-	887
Variações cambial	378.898	-
Reversão de prov. operacional	-	11.170
Reversão de prov. passivos contingentes	2.355	2.987
Outros	9.999	34
	<u>391.252</u>	<u>15.078</u>

## 27 Outras despesas operacionais

	<u>2025</u>	<u>2024</u>
Processos cíveis, fiscais e trabalhistas	(4.930)	(3.302)
Provisão garantias prestadas	-	(116.804)
Variações cambial	-	(941.887)
Outros	(3.056)	(87)
	<u>(7.986)</u>	<u>(1.062.080)</u>

## 28 Partes Relacionadas

### a. Transações com controladores (diretas e indiretas)

Os saldos de transações com partes relacionadas com o Sumitomo Mitsui Banking Corporation, são os seguintes:

	ATIVO / (PASSIVO)		RECEITA / (DESPESA)	
	2025	2024	2025	2024
Disponibilidades - depósito no exterior em moeda estrangeira	18.385	12.658	-	-
Aplicações em moeda estrangeira no exterior (nota explicativa 4)	255.310	650.210	4.178	56.937
Valores a receber - comissão por intermediação de negócios	8.478	10.461	18.486	33.982
Obrigações por empréstimos no exterior	(379.099)	(1.128.165)	5.613	(281.155)
Obrigações por repasses do exterior	(3.301.990)	(5.316.177)	50.072	(856.377)
<b>Total</b>	<b>(3.398.916)</b>	<b>(5.771.013)</b>	<b>78.349</b>	<b>(1.046.613)</b>

Foi definido como pessoal chave do SMBCB todos os membros que compõem sua Diretoria.

O montante global da remuneração dos Diretores é distribuído de acordo com o que determina o Estatuto Social do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.

Na última reforma estatutária ocorrida em abril de 2025 foi fixado o valor mensal máximo global de R\$ 34 milhões para remuneração dos diretores (proventos).

#### ***Benefícios de curto prazo a diretores***

	2025	2024
Proventos	8.789	7.236
Remuneração variável	6.085	5.031
Contribuições ao INSS/FGTS	4.205	3.423
<b>Total</b>	<b>19.079</b>	<b>15.690</b>

#### ***Benefícios pós emprego***

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, não foram efetuados pelo SMBCB, empréstimos, financiamentos ou qualquer outro adiantamento à Diretoria ou qualquer um de seus familiares.

Os membros da Diretoria não possuíam qualquer participação acionária no SMBCB.

## **29 Benefícios pós-emprego patrocinados**

O exigível atuarial do SMBCB foi apurado de acordo com o modelo estabelecido no plano respectivo e representa o montante dos compromissos assumidos e a assumir.

O IAS 19 estabeleceu alterações fundamentais na contabilização e divulgação dos benefícios a empregados como a remoção do mecanismo do corredor no registro das obrigações dos planos, bem como alterações no critério de reconhecimento dos ativos dos planos (valorizações e desvalorizações). A adoção da referida Norma se aplica aos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015, sendo os efeitos registrados contabilmente de forma retrospectiva como alteração de práticas contábeis. A adoção desta prática contábil implica, fundamentalmente, no reconhecimento integral em conta de passivo das perdas atuariais (*déficit* atuarial) não reconhecidas até o momento, em contrapartida de conta do patrimônio líquido.

**a. Plano de Aposentadoria**

O SMBCB é patrocinador do Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro Sociedade de Previdência Privada (“Entidade”), constituída em 20 de abril de 1992, e que tem como finalidade básica a concessão de benefícios de pecúlios e/ou rendas suplementares aos funcionários e diretores do patrocinador, através de um plano de aposentadoria do tipo “benefício definido”. No plano, os participantes (empregados) têm o direito a um benefício na data do término do vínculo empregatício, calculado de acordo com as disposições do regulamento e cujo valor dependerá do salário e tempo de serviço do participante na data do desligamento.

Em 31 de dezembro de 2025, não tivemos variações significativas nos parâmetros de atualizações atuariais.

Descrição	Plano de Aposentadoria	
	Dezembro/2025	Dezembro/2024
Valor presente das obrigações atuariais	34.312	33.383
Valor justo dos ativos do plano	(26.388)	(28.358)
Déficit/ (Superávit) para planos cobertos	7.924	5.025
Ajustes por diferimentos permitidos:		
Passivo (ativo) atuarial líquido (nota nº 15b)	7.924	5.025
Premissas atuariais:		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	11,81% a.a.	11,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios	0,00% a.a.	0,00% a.a.
Índice estimado de inflação	4,00% a.a.	4,00% a.a.
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo	AT-2000 Suavizada em 10% e segregada por sexo
Tábua Biométrica de entrada em invalidez	Tábua "Mercer"	Tábua "Mercer"
Taxa de rotatividade esperada	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso em aposentadoria	100% na elegibilidade ao benefício programado	100% na elegibilidade ao benefício programado

***Análise de Sensibilidade***

O valor presente da obrigação atuarial é sensível a variações nas principais hipóteses: taxa de desconto, crescimento salarial e expectativa de vida. Os impactos no valor presente da obrigação atuarial são demonstrados, considerando a taxa de desconto básica adotada para esta Avaliação Atuarial:

Valor Presente das Obrigações	Análise de Sensibilidade	
	Dezembro/2025	Dezembro/2024
Taxa de Desconto: redução de 0,25%	579	578
Taxa de Desconto: aumento de 0,25%	(560)	(560)

**b. Plano de Saúde**

Até novembro de 2017 o Plano de Saúde oferecido pelo Banco Sumitomo Mitsui a seus colaboradores era contributivo, gerando a obrigação de extensão da cobertura, mediante

pagamento dos respectivos prêmios aos aposentados e desligados da empresa, nos termos das normas vigentes. As contribuições ao plano foram interrompidas a partir de dezembro de 2017, porém remanesce um grupo de colaboradores que têm direito à referida extensão, sendo apresentado o seguinte passivo atuarial:

Descrição	Plano de Saúde	
	Dezembro/2025	Dezembro/2024
Passivo (Ativo) atuarial líquido (nota nº 15b)	20.555	18.460
Total	20.555	18.460
<b>Premissas atuariais/Hipoteses Atuariais</b>		
Taxa de desconto nominal para obrigação atuarial	11.31% a.a.	11.68% a.a.
Índice estimado de inflação	4.00% a.a.	4.00% a.a.
Tábua Biométrica de Rotatividade	Experiência Banco Sumitomo 2025	Até 9 anos SVC: 0,5/(Tempo de Serviço +1) A partir de 10 anos SVC: 0,075/(Tempo de Serviço +1)
Tábua biométrica de entrada em aposentadoria	55 anos	55 anos
Tábua Biométrica de mortalidade geral	AT-2000 segregada por sexo	AT-2000 segregada por sexo
HCCTR (Health Care Cost Trend Rate)	7,12% a.a. 3,00% a.a. taxa real	7,12% a.a. 3,00% a.a. taxa real
Correção da Contribuição do Participante	Inflação (HCCTR)	Inflação (HCCTR)
Correção do Custo do Plano	Inflação (HCCTR) + Aging Factor	Inflação (HCCTR) + Aging Factor
Percentual de Optantes pela Permanência no Plano	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%	Aposentadoria: 100% Desligamento: 100%
Fator de Idade (Aging Factor)	3,00% (por ano - idade)	3,00% (por ano - idade)
Composição Familiar - Ativos	90% Casados	90% Casados
Diferença de Idade Titular/Cônjuge	4 anos	4 anos
Composição Familiar Aposentados	Família Real	Família Real

### 30 Outras divulgações

#### a. Ativos dados em garantia

Os montantes de ativos financeiros dados em garantia de operações com compromisso de recompra acordadas com outros bancos ou clientes e para os depósitos de margem de garantia das operações do SMBCB na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão correspondem a:

	2025	2024
Margem para operações da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão	1.398.656	1.197.034
Outros ativos dados em garantia - garantia de fiança	179.320	259.932
	<u>1.577.976</u>	<u>1.456.966</u>

#### b. Operações relevantes de clientes

Nenhuma receita de transações com um único cliente externo ou contraparte atingiu 10% ou mais da receita total do SMBCB em 2025 e 2024.

## **31 Gestão de riscos**

O SMBCB busca constantemente avaliar e aperfeiçoar sua estrutura de gerenciamento de riscos, influenciando na sua cultura e no seu modo de atuação. Tal prática é fundamentada em procedimentos, métodos e técnicas padronizadas e objetivas para monitorar, mensurar, mitigar e reportar as exposições aos riscos de qualquer natureza nas diversas atividades e processos desenvolvidos, produtos ou serviços oferecidos, de forma a apoiar o contínuo desenvolvimento sustentado de suas atividades.

Para SMBCB, os princípios de prudência e ética estão sempre presentes nas políticas, Normas, procedimentos e metas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado e avaliado. Promove ainda o aculturação dos funcionários em todos os níveis hierárquicos.

A Estrutura de Gestão de Riscos do SMBCB possui políticas aderentes às melhores práticas de mercado, e está em linha com as diretrizes definidas pelo órgão regulador.

### **(i) Metodologia de gerenciamento de riscos**

O SMBCB aborda o gerenciamento de riscos inerentes às suas atividades dentro de um processo de aprimoramento contínuo, visando acompanhar a evolução dos negócios e minimizar os riscos que possam comprometer a qualidade deste gerenciamento.

A metodologia de gerenciamento de riscos está adequada ao perfil de atividades do SMBCB, valendo destacar também que as estruturas de Compliance e Auditoria Interna são elementos importantes no aprimoramento da metodologia.

A estrutura de gerenciamento de riscos permite que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados à Diretoria.

### **(ii) O apetite ao risco**

O apetite aos riscos determina o desejo do SMBCB em assumir riscos para atingir seus objetivos versus o potencial de retorno. Este apetite é influenciado por diversos fatores, internos e externos, e determinado pela Diretoria do Banco, alinhada à sua estratégia corporativa.

O processo de acompanhamento dos riscos é corporativo, sendo considerado desde o processo de planejamento orçamentário do SMBCB. O apetite aos riscos é continuamente reavaliado, de acordo com as mudanças ocorridas no ambiente - tanto por mudanças internas quanto de mercado.

O SMBCB caracteriza-se por seu perfil bastante conservador, apresentando o comprometimento da estrutura de governança na definição e monitoramento constante do apetite aos riscos adotados.

### **(iii) Risco de Mercado**

Risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas pelo SMBCB.

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, tendo por objetivo preservar e fortalecer a administração dos riscos de mercado e liquidez no SMBCB, bem como atender aos dispositivos das normas vigentes, o gerenciamento de risco de mercado envolve diversas áreas, que possuem atribuições específicas no processo, garantindo uma estrutura eficiente na mensuração e controle do risco de mercado.

A Diretoria aprovou a Política de Gestão de Riscos de Mercado, cuja revisão é realizada no mínimo anualmente, fornecendo as principais diretrizes de atuação para aceitação, controle e gerenciamento do risco de mercado e liquidez.

O perfil de exposição ao risco de mercado do SMBCB é bastante conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente por uma unidade independente de risco.

A estrutura de limites do SMBCB é definida pela área de riscos da sua matriz, levando em consideração o perfil de atuação do Banco no país.

O controle de risco de mercado é realizado por área independente da Tesouraria (unidade de negócio) e responsável pela produção de relatórios de controle de limites estabelecidos, monitoramento de ações definidas quanto as posições e suporte a revisão e aprovação de produtos de forma a verificar aderência às políticas institucionais de risco.

Os limites utilizados para controle de Risco de Mercado são revisados anualmente. São utilizadas as seguintes metodologias de mensuração de risco de mercado e limites de controle: exposição em moeda estrangeira (FX), “*Stop Loss*” (metodologia que tem por objetivo a revisão das posições, caso as perdas acumuladas em um dado período atinjam um determinado valor), e sensibilidade a alterações na estrutura a termo das taxas de juros, BPV (metodologia de mensuração do risco de mercado que verifica a alteração de valor a mercado das posições após choque de 0,01% - um *basis point* - nas taxas de juros).

Adicionalmente, são produzidos relatórios de Testes de Estresse e informes de capital regulatório (IRRBB – capital regulatório para taxa de juros na carteira Bancária, Capital Regulatório para carteira de Negociação), de acordo com os requerimentos do Banco Central do Brasil (Bacen);

A gestão de risco de mercado acompanha a segregação das operações em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme os critérios estabelecidos pela Resolução CMN 4.557 e Circular BACEN 3.354 (normas locais que estabelecem requerimentos a serem observados pelas instituições financeiras no gerenciamento de riscos).

Buscando o enquadramento das exposições nos limites definidos, o Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A realiza hedge de exposições na carteira de negociação, oriundas de operações com clientes, majoritariamente através da utilização de Derivativos.

**(iv) Risco Operacional**

Risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Inclui também o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo SMBCB, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo SMBCB.

**a. Plano de continuidade de negócios**

O SMBCB, de forma a estar preparado a minimizar os impactos financeiros, Operacionais, legais e regulatórios ocasionados pela indisponibilidade de acesso físico e lógico, prover aos seus clientes os produtos e serviços essenciais, bem como prestar as informações requeridas pelos órgãos oficiais e representantes no exterior, tem estabelecido um Plano de Continuidade dos Negócios (PCN), com o objetivo de estabelecer e implantar meios/mecanismos para proteger a

integridade física das pessoas e assegurar a continuidade dos negócios críticos do Banco, frente a eventos/incidentes que possam gerar interrupções/indisponibilidades, tais como, mas não limitados a: incêndio, explosões, ameaça de bombas, greves, distúrbios sociais, interrupção do fornecimento de energia elétrica e falhas nos sistemas críticos ou na infraestrutura de tecnologia e suporte do Banco.

**b. *Gestão consolidada dos eventos de risco operacional***

O Banco Sumitomo possui um banco de dados, cujo principal objetivo é auxiliar o sistema de apoio à decisão, armazenando diferentes tipos de dados de risco operacional numa única estrutura, facilitando qualquer tipo de análise (quantitativa e/ou qualitativa) que possa ser realizada usando todos os dados sobre risco operacional disponível. Os eventos de risco operacional são então revisados, analisados e monitorados a fim de melhorar os procedimentos operacionais e desenvolver dados históricos de perda.

As diretrizes para a quantificação do impacto do risco operacional seguem uma abordagem simples e linear para facilitar a integração numa única medida de risco. Neste cenário, o composto de impacto versus probabilidade de ocorrência versus frequência de ocorrência é capaz de medir o grau de severidade de um evento de risco operacional.

A unidade de Gerenciamento de Risco Operacional segue um ciclo contínuo que aborda a apresentação dos eventos ocorridos no SMBCB, reporte das ações mitigatórias tomadas, acompanhamento dessas ações e nova análise para aferição dos resultados.

Os relatórios gerenciais produzidos pela unidade de Gerenciamento de Risco Operacional são reportados mensalmente através do Comitê de Gerenciamento de Risco Operacional.

**(v) *Risco de Crédito***

**a. *Introdução ao tratamento do risco de crédito***

O Risco de Crédito é definido como a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, a desvalorização dos ativos de crédito, decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, a redução de ganhos ou remunerações, as vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

Nos termos da norma vigente, o SMBCB possui um departamento único responsável pelo gerenciamento dos riscos de crédito, mercado e liquidez. A estrutura tem dimensão proporcional aos riscos referentes à complexidade dos produtos oferecidos pelo SMBCB, natureza das operações e diretrizes de exposição ao risco do SMBCB.

Na estrutura organizacional do SMBCB, a função de monitoramento de riscos é representada por uma diretoria independente da área de negócios e auditoria, sendo fundamental para que se tenha uma visão e controle independentes de risco.

A Diretoria do SMBCB é responsável por prover os recursos necessários para a efetiva gestão dos riscos e pelo acompanhamento das atividades inerentes a essa gestão. Os relatórios periódicos, bem como as diretrizes adotadas pela Área de Gestão do Risco de Crédito são avaliados e aprovados pela Diretoria do SMBCB.

**Exposição máxima ao risco de crédito**

	<b>2025</b>	<b>2024</b>
Risco de crédito relativo a ativos registrados no balanço patrimonial:		
Títulos e valores mobiliários	4.717.551	3.743.449
Aplicações em operações compromissadas	300.655	1.995.996
Aplicações em depósitos interfinanceiros	698.920	921.547
Empréstimos e recebíveis de clientes	2.522.892	3.105.886
	8.240.018	9.766.878
Risco de crédito relativo a operações não registradas no balanço patrimonial ( <i>off balance</i> ):		
Garantias prestadas	1.831.364	3.053.557
	1.831.364	3.053.557
	10.071.382	12.820.435

**b. Ciclo de risco de crédito**

O SMBCB possui controle sobre a posição corrente e sobre a potencial exposição futura das operações onde existe o risco de contraparte. O risco de crédito de contraparte consiste na possibilidade de uma contraparte não cumprir suas obrigações, financeiras ou não, causando perdas ao SMBCB. Toda exposição ao risco e desempenho da contraparte é analisada no processo de concessão de limite de crédito, fazendo parte dos limites gerais de créditos concedidos aos clientes.

**c. Medidas e ferramentas de mensuração**

**c.1 Classificações de qualidade de crédito (ferramentas de rating)**

O SMBCB possui políticas e procedimentos para concessão de crédito aprovados por um Comitê de Crédito e incorporados aos sistemas de controles internos do SMBCB. Tais políticas e procedimentos determinam a necessidade de avaliação de dados dos clientes para definição do *obligor grade (grading)* do cliente, considerando os seguintes aspectos:

**Quantitativos:** os saldos dos balanços patrimoniais, demonstrações de resultados e fluxos de caixa são inseridos no sistema GBR, o qual realiza, automaticamente, (i) análise de balanço, levando em consideração diversos parâmetros, tais como evolução das vendas líquidas, EBITDA e respectiva margem, Lucratividade, evolução do Patrimônio Líquido e total de Ativos, relação Dívida Bruta com Patrimônio Líquido e com EBITDA e relação Patrimônio Líquido com Total de Ativos, entre outros parâmetros, e (ii) atribuição do *obligor grade*.

**Qualitativos:** são levados em consideração aspectos gerais do cliente, tais como posição de mercado, gerenciamento da empresa, confiabilidade dos números, pontualidade e atrasos nos pagamentos, limites de crédito e garantias, entre outros fatores, por intermédio de consultas em associações de classes.

Todas as operações de crédito, independentemente de seu valor e segmento de mercado do tomador de crédito, são analisadas conforme os critérios adotados pelo SMBCB e classificadas de acordo com o seu *facility grade (grading)* do produto).

Essa classificação é revisada e ajustada pela Área de Gerenciamento de Riscos de acordo com os atrasos verificados nos pagamentos.

O *facility grade* segue o mesmo princípio do *obligor grade* e o valor atribuído a esse *grading* tem de ser igual ao *obligor grade*, quando não há garantias atreladas ao empréstimo, ou melhor ao *obligor grade*, quando a operação possui alguma forma de garantia.

Cada tipo de *obligor grade* tem uma classificação de 1 a 18, conforme demonstrado a seguir:

Obligor grade	Categoria
1	Devedor normal
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	Devedor que requer atenção
15	
16	
17	Devedor potencialmente falido
18	Devedor falido

As categorias demonstradas acima podem ser assim descritas:

**Devedor Normal** - devedor que demonstra um bom desempenho de negócios e cuja posição financeira é considerada como sem problema específico;

**Devedor que Requer Atenção** - devedor que precisa ser monitorado, com especial atenção, sendo:

- Devedor que apresenta problemas em suas operações de crédito, como redução, perdão ou suspensão do pagamento de juros;
- Devedor com desempenho problemático em relação a suas operações de crédito, como atraso virtual no pagamento de valor principal e de juros; ou
- Devedor com desempenho nos negócios fraco ou instável, ou com posição financeira problemática.

**Devedor Potencialmente Falido** - devedor considerado com alta possibilidade de falir no futuro devido a dificuldades de gestão e progresso insatisfatório nas melhorias do negócio (incluindo dificuldade na obtenção de apoio financeiro de instituições financeiras). Devedores nessa categoria geralmente têm, por exemplo, as seguintes características:

- Patrimônio líquido negativo, embora ainda esteja em operação;
- Desempenho de negócios extremamente pobre;
- Preocupação em relação ao recebimento dos valores de principal e juros e, portanto, há alta possibilidade de ocorrência de perdas para o SMBCB; ou
- Alta possibilidade de falência no futuro;

**Devedor Falido** - o devedor está legalmente ou formalmente falido.

*c.2 Garantias recebidas (mitigadoras da exposição máxima ao risco de crédito)*

As garantias são consideradas como segunda fonte de pagamento para garantia da recuperação do crédito, sendo sua avaliação feita individualmente para cada cliente com base em regras rigorosas da Matriz.

Desta forma a definição dos mitigadores de risco de crédito é efetuada individualmente, quando da concessão de crédito, considerando a capacidade de pagamento através da análise do fluxo e caixa, entendimento das condições potenciais e reais de negócios.

Em razão do foco de negócio do SMBCB, as garantias estão em sua maioria baseadas em emissões de cartas de garantias das matrizes, cobrindo o risco comercial de suas filiais no Brasil.

A avaliação da eficiência destes instrumentos é realizada periodicamente, com o intuito de assegurar sua liquidez e suficiência (margem de cobertura).

- **Liquidez**

Ou seja, a capacidade de conversão da garantia em moeda. Nesse sentido, as garantias podem ser mais ou menos líquidas impactando no preço de conversão em moeda.

- **Margem de Cobertura**

É a relação percentual entre o valor da garantia e o valor da dívida. Deve-se levar em conta, além do custo do dinheiro, a liquidez da garantia, ou seja, a sua maior ou menor conversibilidade.

*c.3 Distribuição do risco de crédito*

O SMBCB tem sua política de negócios voltada ao mercado de crédito, atendendo a necessidade de filiais de empresas japonesas no Brasil, multinacionais de grande porte e os grandes conglomerados nacionais.

*d. Risco de Liquidez*

Risco de liquidez abrange o risco de *funding* e o risco do produto ou mercado. Risco de liquidez de *funding* é a incerteza de que o SMBCB Sumitomo será capaz de cumprir suas necessidades de *funding* ou de compensar seus descasamentos de taxas e de vencimentos. Risco de liquidez de mercado é a incerteza de que o SMBCB não conseguirá liquidar ou compensar suas posições eficientemente, ou seja, a preços razoáveis.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que o SMBCB Sumitomo possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

A política global de Gerenciamento de Riscos de Liquidez é estabelecida pela matriz do SMBCB Sumitomo e aprovada pela Diretoria, e está amparada por três pilares:

Gerenciamento do Money Gap (necessidade de *funding* dentro de certo período de tempo);

Estabelecimento do plano de contingência; e

Recursos suplementares de emergência para liquidez.

Essa política tem como objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam ao SMBCB Sumitomo o estabelecimento de fundo de liquidez suplementar, bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

*Consolidado IFRS Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.*  
*Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em*  
*31 de dezembro de 2025*

<b>31 de dezembro de 2025</b>					
<b>Em milhares de Reais</b>					
	<b>À vista</b>	<b>Até 3 meses</b>	<b>3 a 12 meses</b>	<b>Acima de 12 meses</b>	<b>Total</b>
<b>Ativo:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	46.089	780.396	-	-	826.845
Aplicações em operações compromissadas	-	-	300.655	-	300.655
Títulos e valores mobiliários	-	260.609	-	4.456.942	4.717.551
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	401.961	296.959	698.920
Operações de crédito	-	279.199	1.671.215	572.478	2.522.892
<b>Total do ativo</b>	<b>46.089</b>	<b>1.320.204</b>	<b>2.373.831</b>	<b>5.326.379</b>	<b>9.066.503</b>
<b>Passivo:</b>					
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	280.453	-	280.453
Depósitos de clientes	85.945	351.376	420.634	486.272	1.344.227
Captações no mercado aberto	-	-	18.002	163.350	181.352
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	59.706	528.160	587.866
Obrigações por empréstimos e repasses	-	714.674	1.324.384	1.642.031	3.681.089
<b>Total do passivo</b>	<b>85.945</b>	<b>1.066.050</b>	<b>2.103.179</b>	<b>2.819.813</b>	<b>6.074.987</b>
<b>Diferença (ativo e passivo)</b>	<b>(39.856)</b>	<b>254.154</b>	<b>270.652</b>	<b>2.506.567</b>	<b>2.991.516</b>

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão (Departamento de Tesouraria). A área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, Normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

*Consolidado IFRS Banco Sumitomo Mitsui Brasileiro S.A.*  
*Demonstrações financeiras consolidadas em IFRS em*  
*31 de dezembro de 2025*

	<b>31 de dezembro de 2024</b>				
	<b>Em milhares de Reais</b>				
	<u>À vista</u>	<u>Até 3 meses</u>	<u>3 a 12 meses</u>	<u>Acima de 12 meses</u>	<u>Total</u>
<b>Ativo:</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	43.231	3.134.867	-	-	3.178.098
Instrumentos financeiros derivativos	-	(29.464)	55.277	30.830	56.643
Títulos e valores mobiliários	-	104	570.410	3.172.935	3.743.449
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	-	866.125	55.422	921.547
Operações de crédito	-	73.582	1.977.393	1.054.912	3.105.887
<b>Total do ativo</b>	<u>43.231</u>	<u>3.179.089</u>	<u>3.469.205</u>	<u>4.314.099</u>	<u>11.005.624</u>
<b>Passivo:</b>					
Depósitos de clientes	82.977	518.603	643.280	476.876	1.721.736
Recursos de aceites e emissão de títulos	-	-	-	180.392	180.392
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-	4.043.716	2.400.679	6.444.395
<b>Total do passivo</b>	<u>82.977</u>	<u>518.603</u>	<u>4.686.996</u>	<u>3.057.947</u>	<u>8.346.523</u>
<b>Diferença (ativo e passivo)</b>	(39.746)	2.660.486	(1.217.791)	1.256.152	2.659.101

### Hierarquia de Valor Justo

A tabela a seguir apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2025 e 2024, no Consolidado, classificados nos diferentes níveis hierárquicos de mensuração pelo valor justo:

	<b>31.12.2025</b>					
<b>Ativos Financeiros mensurados ao valor justo</b>	<b>Valor Justo no Resultado</b>	<b>Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários (nota n° 7)	-	3.651.817	<b>3.651.817</b>	-	3.651.817	<b>3.651.817</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota n° 8a)	675.513	-	<b>675.513</b>	675.513	-	<b>675.513</b>
	<b>675.513</b>	<b>3.651.817</b>	<b>4.327.330</b>	<b>675.513</b>	<b>3.651.817</b>	<b>4.327.330</b>
<b>Passivos Financeiros mensurados ao valor justo</b>						
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota n° 6a)	(280.453)	-	<b>(280.453)</b>	-	(280.453)	<b>(280.453)</b>
	<b>(280.453)</b>	-	<b>(280.453)</b>	-	<b>(280.453)</b>	<b>(280.453)</b>

	<b>31.12.2024</b>					
<b>Ativos Financeiros mensurados ao valor justo</b>	<b>Valor Justo no Resultado</b>	<b>Valor Justo em Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Total</b>	<b>Nível 1</b>	<b>Nível 2</b>	<b>Total</b>
Títulos e valores mobiliários (nota n° 7)	-	2.824.558	<b>2.824.558</b>	-	2.824.558	<b>2.824.558</b>
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota n° 8a)	371.009	-	<b>371.009</b>	371.009	-	<b>371.009</b>
Instrumentos Financeiros Derivativos (nota n° 6a)	56.643	-	<b>56.643</b>	-	56.643	<b>56.643</b>
	<b>427.652</b>	<b>2.824.558</b>	<b>3.252.210</b>	<b>371.009</b>	<b>2.881.201</b>	<b>3.252.210</b>

**Valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado:**

	31.12.2025		31.12.2024
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>			
Aplicações em operações compromissadas	300.655	300.655	-
Aplicações em depósitos interfinanceiros (nota nº 8a)	23.407	23.407	550.538
Títulos e valores mobiliários (nota nº 8b)	1.065.734	1.065.734	918.891
Empréstimos e recebíveis de clientes líquido de provisão para perdas de crédito esperadas (nota nº 8c e nº 8f)	1.228.120	1.228.120	2.846.672
	<b>2.617.916</b>	<b>2.617.916</b>	<b>4.316.101</b>
<b>Passivos Financeiros mensurados pelo custo amortizado</b>			
Depósitos de clientes (nota nº 12)	(1.344.227)	(1.344.227)	(1.721.736)
Captação no mercado aberto (nota nº 12)	(181.352)	(181.352)	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (nota nº 12)	(587.866)	(587.866)	(180.392)
Obrigações por empréstimos e repasses (nota nº 12b)	(3.681.089)	(3.681.089)	(6.444.395)
	<b>(5.794.534)</b>	<b>(5.794.534)</b>	<b>(8.346.523)</b>

**Métricas utilizadas na determinação do valor justo dos principais instrumentos financeiros**

**Aplicações em depósitos interfinanceiros:** Para as operações deste grupo, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo, por se tratar de operações de curto prazo na sua maioria.

**Ativos financeiros com acordo de revenda:** Para as operações deste grupo, considerou-se o valor justo da garantia.

**Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de “ativos financeiros mensurados ao valor justo no resultado” e “ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes” são contabilizados pelo seu valor justo, a partir da coleta de informações de mercado e utilização de metodologias padronizadas de marcação a mercado, geralmente baseadas no método de fluxo de caixa descontado.

**Operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro:** Para as operações de crédito e arrendamento enquadradas nos critérios acima, considerou-se o valor contábil como uma aproximação adequada e equivalente do valor justo.

**Depósitos:** Para os depósitos a prazo e a vista, considerou-se como valor justo o próprio valor contábil.

**Obrigações por empréstimos e repasses:** Para operações pré-fixadas ou pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como uma aproximação equivalente ao valor justo.

**Títulos emitidos:** Para as captações em taxas pré e pós-fixadas, considerou-se o valor contábil como aproximação equivalente ao valor justo.

## **32 Eventos Subsequentes**

Não foram identificados, até a data de aprovação destas demonstrações financeiras, eventos subsequentes relevantes que exijam ajuste ou divulgação adicional, nos termos das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.